

# **RELATÓRIO E CONTAS**

## **2016**

**GNB-Companhia de Seguros, S.A.**

Av. Alvares Cabral, n.º 41 - 1269-276 Lisboa  
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

## Índice

<b>1. Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016.....</b>	<b>3</b>
1.1 Estrutura e práticas de governo societário.....	3
1.2 Enquadramento macroeconómico.....	12
1.2.1 Situação económica internacional.....	12
1.2.2 Situação económica nacional.....	12
1.2.3 O setor segurador.....	13
1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade.....	14
1.4 A atividade da GNB Seguros.....	15
1.5 Proposta de aplicação de resultados.....	26
1.6 Nota Final.....	26
<b>2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>27</b>
2.1 Conta de Ganhos e Perdas .....	28
2.2 Balanço .....	29
2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio.....	31
2.4 Demonstração do Rendimento Integral.....	32
2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	33
2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras.....	34
<b>3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....</b>	<b>82</b>
3.1 Certificação Legal das Contas	
3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

## 1. Relatório de Gestão

### 1.1. Estrutura e práticas de governo societário

#### 1.1.1. Introdução

Embora tenham ocorrido alterações na estrutura orgânica e funcional da Companhia, não se verificaram alterações significativas ao nível das regras e estrutura de governo da GNB Seguros durante o período em observação.

Em maio de 2016, foi tomada a decisão de mudança da sede social da sociedade tendo sido transferidos todos os serviços da mesma para um edifício, sito na Av. Álvares Cabral 41, em Lisboa. No mesmo edifício coexistem as Sociedades GNB Seguros Vida e GNB Gestão de Ativos, com quem esta entidade passou a partilhar serviços.

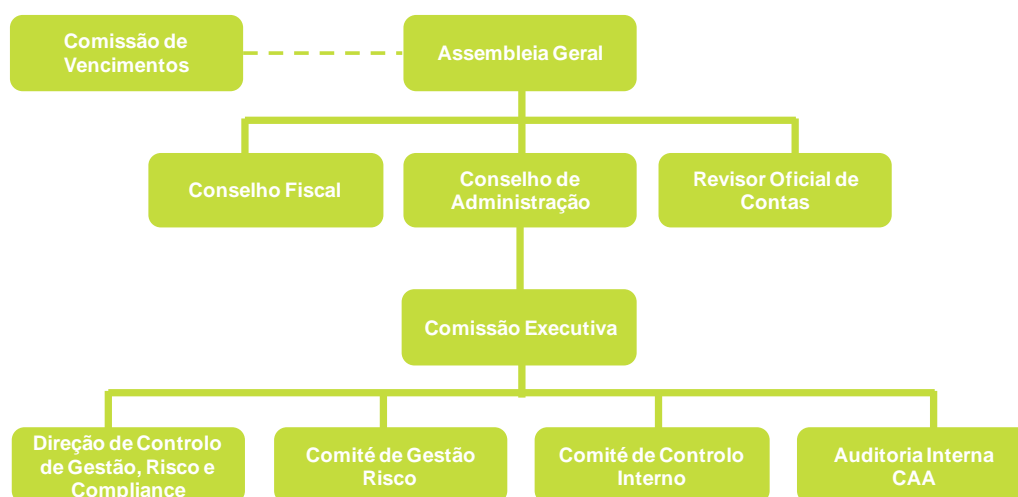
As regras e estrutura de governo da GNB Seguros, consubstanciaram-se na manutenção da garantia de uma governação responsável e norteada por objetivos concretos, tendo em vista a criação de valor para os seus acionistas, valorização dos colaboradores e disponibilização de produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado.

A transparência e lealdade nas relações com todos aqueles com quem se relaciona revestem-se de fulcral importância para a consolidação do seu negócio, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere.

Manteve-se também como essencial a intervenção das áreas de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance* e o pleno funcionamento dos diversos *Comités* existentes como auxiliares no processo de suporte à tomada de decisão, avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o cumprimento dos deveres legais a que a Sociedade está obrigada e, nas situações em que tal se mostrou necessário, propondo medidas de mitigação aos riscos identificados.

#### 1.1.2 Estrutura do Governo da GNB Seguros

O sistema de governo da GNB Seguros baseia-se no sistema de três linhas de defesa, suportado por uma estrutura de governo bem definida, complementada por Comitês, Funções-chave e Políticas.



#### **1.1.2.1. Assembleia Geral**

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Acionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e a aplicação de resultados.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

##### **1.1.2.1.1. Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto**

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Acionistas é composta por todos os acionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia os titulares de ações averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

QUATRO – A cada ação corresponderá um voto.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os acionistas que pretendam fazer-se representar por outro acionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas coletivas indicar quem as representará; o Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

##### **1.1.2.1.2. Representação**

Os Senhores Acionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Acionistas que sejam pessoas coletivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de acionistas e de que as respetivas ações ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

##### **1.1.2.1.3. Quórum**

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Acionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia poderá deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

**1.1.2.1.4. Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade**

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização.

**1.1.2.2. Conselho de Administração**

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete a nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros: um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área comercial, operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

**1.1.2.2.1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os Administradores podem ser acionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger Administradores Suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respetiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

**1.1.2.2.2. Poderes do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Novo Banco, composto pelo Novo Banco ou por qualquer entidade por si direta ou indiretamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.

8. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

#### **1.1.2.3. Conselho Fiscal**

A função de fiscalização interna da GNB Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

O Conselho Fiscal da GNB Seguros é composto por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

#### **1.1.2.4. Revisor Oficial de Contas**

A fiscalização externa da Companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da GNB Seguros, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a GNB Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

#### **1.1.2.5. Secretário da Sociedade**

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

#### **1.1.2.6. Comissão de Vencimentos**

É atribuição da comissão de vencimentos definir a política de remunerações dos órgãos sociais, a aprovar em Assembleia Geral, bem como a remuneração específica de cada órgão.

### **1.1.3 Órgãos Sociais**

Em Assembleia Geral da GNB Seguros, realizada no dia 7 de dezembro de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2016 a 2019.

Assim, ao longo dos exercícios em análise a composição dos órgãos sociais foi a seguinte:

### 1.1.3.1. Mesa da Assembleia Geral

	Período	
	desde 01/01/2016 <sup>(1)</sup>	desde 31/03/2016 <sup>(2)</sup>
Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros	Presidente	
Michel Victor François Villatte	Vice-Presidente	
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	-	Secretário
Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes	Secretário	-

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015  
(2) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2016.

### 1.1.3.2. Conselho de Administração

	Período
	desde 01/01/2016 <sup>(1)</sup>
José António Rodrigues Nunes Coelho	Presidente (N.E) <sup>(2)</sup>
Jean-Luc Claude Michel François	Vice-Presidente (N.E) <sup>(2)</sup>
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Vogal e C.E.O.
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	Vogal e C.O.O.
Hervé Marcel Andre Hassan	Vogal e C.F.O.
Mário Jorge Tapada Gouveia	Vogal (N.E) <sup>(2)</sup>
Thierry Adolph Langreny	Vogal (N.E) <sup>(2)</sup>
Guillaume Oreckin	Vogal (N.E) <sup>(2)</sup>
Jan Adriaan de Pooter	Vogal (N.E) <sup>(2)</sup>

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.  
(2) Não Executivo.

### 1.1.3.3. Conselho Fiscal

	Período
	desde 01/01/2016 <sup>(1)</sup>
António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente
José Maria Ribeiro da Cunha	Vogal Efetivo
Jean Roger Allely	Vogal Efetivo
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal Suplente

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

### 1.1.3.4. Revisor oficial de contas

	Período
	desde 01/01/2016 <sup>(1)</sup>
Ernst & Young Audit & Associados -SROC, S.A. <sup>(2)</sup>	Efetivo
João Carlos Miguel Alves (revisor oficial de contas)	Suplente

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015, apenas nomeado para o exercício de 2016.  
(2) Representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (revisor oficial de contas)

### 1.1.3.5. Secretário da Sociedade

	Período	
	desde 01/01/2016	desde 21/01/2016 <sup>(1)</sup>
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário	Secretário

(1) Por deliberação do Conselho de Administração realizado em 21/01/2016.

### 1.1.3.6. Comissão de Vencimentos

	Período
	desde 01/01/2016 <sup>(1)</sup>
Francisco Ravara Cary	Membro
Renaud Filipelli	Membro

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

#### 1.1.4 Estrutura de Capital

O Capital Social da GNB Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

#### 1.1.5 Estrutura Acionista

Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2016		
Acionista	Nrº Ações	% Capital Social
Crédit Agricole Assurances, S.A.	1.500.000,00	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25,00000%
Novo Banco, S.A.	749.800,00	24,99334%
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	100,00	0,00333%
GNB – Gestão de Activos, S.A.	100,00	0,00333%
Total	3.000.000,00	100,00000%

##### 1.1.5.1. Transmissibilidade das Ações

Os acionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das ações que o acionista transmitente pretenda efetuar.

##### 1.1.5.2. Alteração dos Estatutos da GNB Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da GNB Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

#### 1.1.6 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação:* Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- Entidade que recolhe a comunicação:* Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance; a área de Compliance perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as ações que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direção poderá solicitar a colaboração da Direção de Auditoria Interna.  
  
Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adotadas as medidas disciplinares necessárias com o objetivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.
- Comunicações Anónimas:* Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de deteção e correção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- Não retaliação:* É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efetuem a referida comunicação;



- e) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respetivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

### **1.1.7 Política de Remuneração**

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Essa declaração sobre a Política de Remunerações para 2016 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 31 de março de 2016 e teve o seguinte conteúdo:

- “ 1. *Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da GNB Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os objetivos estratégicos da empresa;*
2. *Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respetivo desempenho individual e global;*
3. *Considerando que na GNB Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;*
4. *Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objetivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração.*

*Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da GNB SEGUROS:*

#### **1. Membros do Conselho de Administração**

**a) *Presidente do Conselho de Administração (não executivo)***

*O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.*

**b) *Outros Membros não executivos do Conselho de Administração***

*Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.*

**c) *Membros executivos do Conselho de Administração***

***Composição da Remuneração***

*A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:*

*i. Fixa, com referência ao exercício em curso;*

*A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:*

1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no setor segurador em Portugal;
2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos acionistas para cargos de responsabilidade semelhante;
3. O desempenho individual anual de cada Administrador.

ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

**Limites e Equilíbrio na Remuneração**

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

Como tal, a parte variável, a existir, representará no máximo 60% da remuneração total anual.

**Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento**

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objetivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de um parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em Órgãos de Administração de Sociedades em relação de Grupo com a GNB Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela GNB Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

**2. Membros do Órgão de Fiscalização**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

**3. Membros da Mesa da Assembleia Geral**

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

A Comissão de Vencimentos deliberou em 18 de março de 2016 as remunerações para 2016 de cada um dos membros dos Órgãos Sociais.

Em 2016, as remunerações suportadas pela GNB Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2016

Nome	Orgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Orgãos Sociais
José António Nunes Coelho	Conselho de Administração	19.500 €		19.500 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	97.228 €		97.228 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	14.063 €		14.063 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500 €		3.500 €
<b>Total</b>		<b>134.291 €</b>	<b>0 €</b>	<b>134.291 €</b>

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela GNB Seguros

Exercício de 2015

Nome	Orgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Orgãos Sociais
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	285.600 €	22.200 €	307.800 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	140.000 €		140.000 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	10.710 €		10.710 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	8.540 €		8.540 €
<b>Total</b>		<b>444.850 €</b>	<b>22.200 €</b>	<b>467.050 €</b>

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela GNB Seguros

## 1.2. Enquadramento macroeconómico

### 1.2.1. Situação económica internacional

O início de 2016 foi marcado por um período de instabilidade e aversão ao risco nos mercados financeiros, sobretudo associado à queda do preço do petróleo e aos sinais de desaceleração da economia da China. As quedas observadas no preço do petróleo e na divisa chinesa geraram pressões deflacionistas globais e movimentos de *risk-off* nos mercados financeiros. Estas preocupações atenuaram-se durante o 1º semestre, com uma recuperação do preço do crude e com sinais de estabilização do crescimento da China.

A instabilidade financeira e a aversão ao risco aumentaram de novo no final do 1º semestre, com a decisão do Reino Unido de abandonar a UE. Após uma reação inicial fortemente negativa, os mercados financeiros voltaram a estabilizar, mas a expectativa de manutenção de taxas de juro baixas por um período de tempo prolongado saiu reforçada, com os principais Bancos Centrais a acentuarem ou manterem posturas fortemente expansionistas na política monetária. Os juros de mercado acentuaram a tendência descendente observada desde o início do ano e observou-se um achatamento das curvas de rendimentos. A segunda metade do ano trouxe uma alteração na conjuntura económica e nos mercados financeiros. A adoção de políticas monetárias e orçamentais expansionistas traduziu-se gradualmente numa recuperação ou estabilização da procura nas principais áreas económicas, incluindo os EUA, a Europa e a China.

Embora com períodos de incerteza política e de instabilidade financeira, o ano de 2016 ficou marcado por uma relativa estabilidade ao nível do crescimento económico global, que desacelerou apenas marginalmente, de 3,2% para 3,1%. No seu conjunto, as economias desenvolvidas registaram um abrandamento mais visível, de 2,1% para 1,6%, parcialmente compensado pelo desempenho mais estável dos mercados emergentes, que cresceram 4,1%. Apesar da ligeira desaceleração da China, de 6,9% para 6,7%, o conjunto das economias emergentes beneficiou da melhoria da atividade nas economias exportadoras de *commodities* e da atenuação das recessões em economias como o Brasil e a Rússia. Nos EUA, o PIB cresceu 1,6% em 2016, depois de um registo de 2,6% em 2015. Após um início de ano com um crescimento débil, a atividade económica fortaleceu-se gradualmente, sobretudo suportada pelo consumo privado mas, também, com uma recuperação do investimento no final do ano.

A economia da Zona Euro cresceu 1,7% em 2016, em desaceleração face ao registo de 2% em 2015, mas acima das expectativas e com a atividade a mostrar-se resiliente perante o contexto de incerteza política. A procura interna foi suportada pelos efeitos desfasados da descida dos preços da energia no poder de compra dos consumidores, bem como pela natureza expansionista das políticas monetária e orçamental. A melhoria das condições de financiamento proporcionada pelos estímulos monetários do BCE traduziu-se numa recuperação do crescimento do crédito, não obstante as preocupações com o sistema financeiro em algumas economias da região. A expansão da atividade económica revelou-se, no entanto, insuficiente para gerar pressões inflacionistas relevantes.

### 1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, a atividade económica cresceu 1.3% em 2016, abaixo do registo de 1.6% observado em 2015, mas ligeiramente acima das expectativas. A procura interna reduziu o seu contributo para o crescimento, com uma desaceleração no consumo privado, de 2.6% para 2%, e com uma queda do investimento, em torno de 2%. A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por uma recuperação da confiança e da despesa das famílias, suportada por um aumento do rendimento disponível que, por sua vez, beneficiou da subida das remunerações do trabalho, da redução da carga fiscal e de um ligeiro aumento da criação de emprego. A atividade económica foi também suportada por uma melhoria das condições de financiamento, sobretudo em resultado da política monetária expansionista levada a cabo pelo BCE. Contudo, restrições associadas aos níveis ainda elevados de

endividamento e aos ajustamentos em curso no sector bancário limitaram a expansão do crédito e da procura interna. O défice público deverá ter descido de 4,4% do PIB em 2015 (ou 3%, excluindo *one-offs*) para um valor em torno de 2,3% do PIB em 2016. A dívida pública manteve-se relativamente estabilizada, em torno de 129% do PIB. Num contexto global de incerteza política, de aumento da inflação e de alguma especulação em torno de uma futura atenuação dos estímulos monetários do BCE, a yield dos títulos de dívida pública portuguesa a 10 anos subiu, no conjunto de 2016, de 2.5% para 3,8%. O respetivo *spread* face à dívida alemã na mesma maturidade alargou-se de 190 para 356 bps em 2016.

### 1.2.3. O setor segurador

A produção de seguro direto em Portugal em 2016 foi de, aproximadamente, 10,8 mil milhões de euros<sup>(1)</sup>, apresentando um decréscimo de 14,4% face ao período homólogo de 2015. Para este decréscimo foi determinante a quebra de 23,3% registada no ramo Vida. A produção Não Vida registou um acréscimo de 4,9%.

A variação negativa de cerca de 2.023 milhões na produção registada em 2016 no ramo Vida conduziu a uma diminuição do peso deste ramo no total da carteira de prémios do setor em 7,1 pontos percentuais, ou seja, o ramo Vida no final do ano representou 61,3% do total de prémios de seguro direto.

Ao nível dos produtos de capitalização, estes apresentam um decréscimo, de 31,1%<sup>(2)</sup>, que representa uma redução de cerca de 1,8 mil milhões de euros face a 2015, contribuindo decisivamente para a redução registada no ramo Vida.

A evolução dos PPR, registou um decréscimo significativo na ordem dos 9,4%, tendo o setor nestes produtos captado menos cerca de 178 milhões de euros que no ano anterior.

Em relação aos produtos tradicionais, verificou-se um acréscimo de 1,3% face a 2015. Para este crescimento não será alheia a melhoria gradual das condições de acesso ao financiamento bancário que influenciam positivamente quer a aquisição deste tipo de produtos ligados ao crédito, quer os que não se encontram ligados.

O ramo Não Vida assistiu em 2016 ao seu volume de prémios crescer, ultrapassando os 4,2 mil milhões de euros, mais cerca de 197 milhões de euros do que em igual período do ano anterior, apresentado em termos relativos um crescimento de 4,9%.

No segmento Não Vida todos os ramos apresentaram crescimento face a 2015 (com exceção dos Transportes e Mercadorias Transportadas), continuando a destacar-se, pela positiva, o ramo Doença com um crescimento de cerca de 9,6%, influenciado pela crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde, apresentando-se este tipo de seguros como um complemento ou alternativa versátil e abrangente aos sistemas de saúde públicos.

Também o ramo Acidentes de Trabalho e o ramo Automóvel se destacaram de forma positiva, apresentando um crescimento face a 2015 de 12,2% e 3,5%, respetivamente.

<sup>1</sup> Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

<sup>2</sup> Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

### 1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>(Unidade: Milhares de euros)</b>					
<b>Variáveis de Balanço</b>					
Activo	114.704	108.185	115.526	6,0%	-6,4%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	101.329	93.716	100.679	8,1%	-6,9%
Provisões técnicas de seguro directo	62.394	66.025	64.446	-5,5%	2,5%
Capital Próprio	34.443	29.956	33.097	15,0%	-9,5%
<b>Variáveis de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	71.602	69.974	71.030	2,3%	-1,5%
Prémios emitidos liquidados de resseguro	61.787	62.091	63.377	-0,5%	-2,0%
Prémios adquiridos liquidados de resseguro	61.931	62.472	63.644	-0,9%	-1,8%
Custos com sinistros (bruto)*	43.990	46.651	47.286	-5,7%	-1,3%
Custos com sinistros liquidados de resseguro *	42.827	45.681	45.454	-6,2%	0,5%
Custos e gastos de exploração líquidos	9.558	10.173	9.701	-6,0%	4,9%
Actividade Financeira Líquida	1.428	1.805	1.344	-20,9%	34,3%
Rendimentos liquidados de gastos financeiros	1.413	1.536	1.850	-8,0%	-17,0%
Ganhos liquidados de activos e passivos	16	271	490	-94,2%	-44,7%
Perdas de Imparidade	0	3	996	-80,0%	-99,7%
Resultado Líquido do exercício	9.461	5.885	7.733	60,8%	-23,9%
<b>Outras variáveis e rácios</b>					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	431.532	424.039	435.023	1,8%	-2,5%
Nº de colaboradores	54	57	60	-3	-3
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	13,2%	8,4%	10,9%		
Resultado líquido / prémios adquiridos liquidados de resseguro	15,3%	9,4%	12,1%		
Resultado líquido / capital próprio	27,5%	19,6%	23,4%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.991	7.439	7.250		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.326	1.228	1.184		
Resultado líquido / nº colaboradores	175	103	129		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	62,5%	65,2%	63,9%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	69,2%	73,1%	71,4%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	15,4%	16,3%	15,2%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	84,6%	89,4%	86,7%		

\* Inclui custos de gestão de sinistros

## 1.4. A atividade da GNB Seguros

### 1.4.1 Introdução

Na continuidade do verificado no ano anterior, também em 2016 se fizeram sentir as influências na GNB Seguros do contexto de incerteza sobre a venda do Novo Banco, um dos principais parceiros da Companhia, seja como acionista ou principal distribuidor, e, em particular, com um novo fator de instabilidade associado ao processo de reestruturação levado a cabo no Grupo Novo Banco. De facto, como é do conhecimento público, tal processo conduziu a uma redução significativa do número de colaboradores e necessária reorganização de estruturas e processos, com os inevitáveis constrangimentos sentidos de forma transversal e também na atividade desenvolvida na Companhia.

Apesar deste contexto e de o banco se manter fortemente focalizado na fidelização de clientes e captação de depósitos, houve ao longo de todo um ano também uma forte orientação para a colocação de seguros, nomeadamente os de saúde e os produtos vinculados à atividade de crédito a particulares.

Por outro lado, na continuidade do verificado anteriormente, manteve-se também a contenção ao nível das despesas e investimentos a realizar.

Foi neste contexto que a GNB Seguros procurou continuar a responder com qualidade reconhecida às necessidades imediatas dos seus clientes e parceiros e prosseguiu, na medida do possível, com a adequação da sua estrutura, processos e ferramentas para responder às necessidades de exercício da atividade num contexto cada vez mais exigente.

Apesar de toda esta envolvente conjuntural desfavorável, a melhoria dos seus resultados técnicos associada a uma redução dos custos operacionais permitiram à Companhia obter o maior resultado líquido desde o início da sua atividade mantendo também uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

### 1.4.2 Produção

A produção total obtida em 2016, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e da Credibom, foi de 71.990 contratos, o que representa um crescimento em relação a 2015 de 14.230 contratos (+ 24,6%). Registou-se um grau de cumprimento face ao objetivo de 93,3%, ou seja, um desvio desfavorável de 6,7% em relação ao previsto (- 5.206 apólices).

De salientar a recuperação da atividade comercial, registando-se em 2016 um volume de produção próximo dos que ocorriam antes do colapso do BES (em 2013, ano anterior à resolução do BES, a rede tinha vendido 74.966 contratos). Em 2016, pela positiva, destacam-se o ramo Doença (forte crescimento face ao ano anterior, essencialmente nos produtos Dental Care e Ativa) e o Proteção ao Crédito (acompanhando um período de retoma na concessão de crédito). Pela negativa, destaca-se o ramo Riscos Múltiplos Habitação, com um decréscimo de 6,1% (-1.144 apólices vendidas que no período homólogo do ano anterior), redução que é influenciada pela realização no ano anterior da Campanha do Seguro Casa Incêndio associada ao Crédito à Habitação (responsável pela venda de 1.601 contratos).

No ano de 2016, a GNBS conseguiu inverter a tendência de diminuição da Carteira que se vinha registando desde o ano de 2011. Regista em dezembro/2016 um aumento de 1,8% (+ 7.493 apólices) face à carteira existente em dezembro/2015.



Destaca-se essencialmente o aumento da carteira nos Seguros Doença (Dental Care e Saúde Ativa) e no Proteção Salário. Pela negativa destaca-se o seguro Riscos Múltiplos Habitação, com – 1.946 apólices em Carteira do que as existentes em 2015 (apesar da manutenção das baixas taxas de anulação do produto ao longo de 2016, a produção nova não foi suficiente para fazer face à erosão da carteira).

	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
Nº de apólices vendidas	71.990	57.760	62.119	24,6%	-7,0%
Nº de apólices - carteira em vigor	431.532	424.039	435.023	1,8%	-2,5%

Com um volume de 71.602 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um crescimento de 2,3% face ao registado em 2015 (+ 1.628 milhares de euros), influenciado pelo acréscimo nos Seguros de Acidentes Pessoais (+ 58,2%). Dentro deste ramo, destaca-se o comportamento positivo face a 2015 do Seguro de Proteção ao Crédito (traduzindo um período de retoma na concessão de Crédito), com um crescimento de 121,0% em relação a 2015 (+ 2.354 milhares de euros).

O crescimento da produção verificado na Companhia esteve abaixo do registado no mercado dos seguros não vida, que continuou a crescer em 2016 a um ritmo assinalável (+ 5,0%), registando assim a maior taxa de crescimento anual desde 2003, originando que a GNB Seguros tenha reduzido a sua quota de mercado global nos seguros não vida para os 1,7%.

### **Prémios Brutos Emitidos**

Milhares de Euros	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>TOTAL</b>	<b>71.602</b>	<b>69.974</b>	<b>71.030</b>	<b>2,3%</b>	<b>-1,5%</b>
Acidentes de Trabalho	86	56	21	53,1%	169,1%
Acidentes Pessoais	6.324	3.999	3.479	58,2%	15,0%
Doença	25.808	26.023	27.147	-0,8%	-4,1%
Riscos Múltiplos Habitação	23.854	24.180	24.095	-1,3%	0,4%
Automóvel	15.530	15.716	16.289	-1,2%	-3,5%
<b>Quota de Mercado</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,8%</b>		

### **1.4.3 Custos com Sinistros**

Os custos com sinistros de Seguro Direto (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 43.990 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 5,7% face a 2015.

As prestações pagas e os custos de gestão imputados à função sinistros aumentaram face a 2015, o que foi compensado pela diminuição da variação da provisão para sinistros com um impacto mais favorável do que o ocorrido no ano anterior.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 42.827 milhares de euros, diminuindo 6,2% face ao ano anterior, consequência do efeito do resseguro cedido, cujo impacto foi mais favorável do que o registado no ano anterior.



(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>De seguro directo</b>	<b>43.990</b>	<b>46.651</b>	<b>47.286</b>	<b>-5,7%</b>	<b>-1,3%</b>
Custos directos com sinistros	37.790	40.391	40.760	-6,4%	-0,9%
Prestações	40.700	37.736	42.005	7,9%	-10,2%
Variação da provisão para sinistros	-2.910	2.655	-1.245	-209,6%	313,2%
Custos imputados à função sinistros	6.200	6.260	6.526	-1,0%	-4,1%
<b>De resseguro cedido</b>	<b>1.163</b>	<b>970</b>	<b>1.832</b>	<b>19,9%</b>	<b>-47,1%</b>
Montantes pagos	1.285	1.010	1.290	27,3%	-21,7%
Variação da provisão para sinistros	-122	-40	543	-208,5%	-107,3%
<b>Custos com sinistros liquidados de resseguro</b>	<b>42.827</b>	<b>45.681</b>	<b>45.454</b>	<b>-6,2%</b>	<b>0,5%</b>

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos uma melhoria de 2,6 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Riscos Múltiplos Habitação registou-se uma taxa de sinistralidade de 44,8%, apresentando uma ligeira degradação de 2,3 pontos percentuais face a 2015. A subida da sinistralidade explica-se pela ocorrência de 2 eventos com elevados custos de regularização (incêndio do Atrium de Cascais e o incêndio da Madeira) aliada ao agravamento das condições climáticas observadas durante o ano de 2016, em particular devido à precipitação persistente da primavera. Saliente-se que os Montantes Pagos no 1º semestre de 2016 relativos ao risco “Tempestades” triplicaram face ao mesmo período de 2015.

A taxa de sinistralidade do Seguro Automóvel é de 49,8% em 2016 registando uma forte diminuição face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (71,4%). Esta diminuição face ao ano anterior é explicada por em 2016 se terem efetuado elevadas regularizações de provisionamento dos processos em curso e dos sinistros ocorridos e ainda não declarados.

No Automóvel os custos com sinistros do exercício de 2016 (visão contabilística) beneficiam de um “boni” de 3.509 milhares de euros (recuperação de provisionamento de anos anteriores) enquanto que em 2015 se regista um “boni” de apenas 258 milhares de euros. O que origina em dezembro/2016 uma taxa de sinistralidade no ano de ocorrência de 2016 de 72,6% (não afetada por regularizações de anos anteriores).

A taxa de sinistralidade do Seguro Doença situa-se nos 70,1% em 2016 face aos 70,4% verificados em 2015. Apesar do aumento nos Montantes Pagos face a 2015, a redução da sinistralidade face ao ano anterior é explicada pela redução do provisionamento (Reservas de IBNR e Provisão para Sinistros). Em 2016 existe um “boni” no Seguro Doença de 1.887 milhares de euros. Expurgando estes, a taxa de sinistralidade por ano de ocorrência, com análise em 31/12/2016 é de 77,5%.

**Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)**

	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Total</b>	<b>62,5%</b>	<b>65,2%</b>	<b>63,9%</b>	<b>- 2,6 pp</b>	<b>1,2 pp</b>
Custos directos com sinistros	53,7%	56,4%	55,1%	- 2,7 pp	1,3 pp
Acidentes de Trabalho	14,3%	24,1%	6,4%	- 9,8 pp	17,6 pp
Acidentes Pessoais	24,3%	5,8%	28,0%	18,5 pp	- 22,2 pp
Doença	70,1%	70,4%	61,2%	- 0,3 pp	9,2 pp
Riscos Múltiplos Habitação	44,8%	42,5%	56,2%	2,3 pp	- 13,7 pp
Automóvel	49,8%	71,4%	53,5%	- 21,5 pp	17,9 pp
Custos imputados à função sinistros	8,8%	8,7%	8,8%	0,1 pp	- 0,1 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam uma diminuição de 4,0 pp face a 2015, ligeiramente superior à diminuição registada no Seguro Direto. Em 2016 continua a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

<b>Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)</b>					
	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Total</b>	<b>69,2%</b>	<b>73,1%</b>	<b>71,4%</b>	<b>- 4,0 pp</b>	<b>1,7 pp</b>
Custos directos com sinistros	59,1%	63,1%	61,2%	- 4,0 pp	1,9 pp
Acidentes de Trabalho	2,5%	7,5%	21,1%	- 5,0 pp	- 13,6 pp
Acidentes Pessoais	60,1%	4,7%	30,4%	55,4 pp	- 25,7 pp
Doença	71,4%	71,9%	62,5%	- 0,4 pp	9,3 pp
Riscos Múltiplos Habitação	46,3%	46,1%	61,5%	0,2 pp	- 15,4 pp
Automóvel	57,5%	78,3%	59,9%	- 20,8 pp	18,4 pp
Custos imputados à função sinistros	10,0%	10,0%	10,3%	0,0 pp	- 0,2 pp

#### 1.4.4 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um decréscimo de 6,0% em relação ao ano de 2015.

(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>9.558</b>	<b>10.173</b>	<b>9.701</b>	<b>-6,0%</b>	<b>4,9%</b>
Custos de aquisição	8.607	8.479	7.985	1,5%	6,2%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	7.332	7.385	6.702	-0,7%	10,2%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	404	388	300	4,0%	29,6%
Custos imputados à função aquisição	871	706	983	23,3%	-28,2%
Custos de aquisição diferidos (variação)	-96	57	1.123	-269,2%	-94,9%
Gastos administrativos	3.159	4.578	4.032	-31,0%	13,5%
Custos imputados à função administrativa	3.159	4.578	4.032	-31,0%	13,5%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2.111	-2.941	-3.440	28,2%	14,5%
Comissões de resseguros cedido	-1.973	-2.098	-2.679	6,0%	21,7%
Participação nos resultados de resseguro	-138	-844	-760	83,6%	-11,0%

Este decréscimo resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos, em que se destacam:

- Diminuição de 0,7% nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

As comissões diretamente associadas ao volume de prémios e as comissões associadas à evolução de carteira apresentam um crescimento, naturalmente associado ao aumento do volume de negócios (as primeiras crescem 1,1% / 71 milhares de euros em relação ao período homólogo; as segundas apresentam um crescimento de 91% + 134 milhares de euros);

Em contrapartida, as Comissões Variáveis, que ascendem a 428 milhares de euros, registaram uma diminuição de 37,6% (- 258 milhares de euros) face às registadas no período homólogo do ano anterior.

- Aumento de 4,0% face ao período homólogo do ano anterior (+ 16 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição, explicadas por diversas rubricas:
  - ✓ Aumento dos custos de dinamização da rede, com + 160 milhares de euros do que o registado no período homólogo do ano anterior devido a um maior incremento na dinamização comercial em 2016;

- ✓ Diminuição das Comissões Extraordinárias dos designados “Planos” face ao período homólogo do ano anterior em - 27 milhares de euros, consequência da erosão da Carteira destes;
  - ✓ Efeito favorável da regularização dos “Planos” vendidos durante a Campanha de 2009 face ao período homólogo do ano anterior (impacto de - 81 milhares de euros, beneficiando do efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos de contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes nos Planos anulados).
- Efeito favorável nos Custos de Aquisição Diferidos com - 153 milhares de euros face a 2015.
  - Decréscimo dos custos imputados à função administrativa em 31,0%, decorrente de uma redução dos custos operacionais.
  - Diminuição do valor das Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido em 830 milhares de euros.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Proteção ao Crédito” e “Proteção Salários” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>9.558</b>	<b>10.173</b>	<b>9.701</b>	<b>-6,0%</b>	<b>4,9%</b>
Acidentes de Trabalho	15	13	9	18,4%	47,6%
Acidentes Pessoais	-674	-1.390	-1.705	51,5%	18,5%
Doença	3.022	3.352	3.340	-9,8%	0,4%
Riscos Múltiplos Habitação	4.516	5.134	5.109	-12,0%	0,5%
Automóvel	2.678	3.064	2.948	-12,6%	3,9%
<b>Custos de Exploração Seguro Directo</b>	<b>11.669</b>	<b>13.114</b>	<b>13.141</b>	<b>-11,0%</b>	<b>-0,2%</b>
Acidentes de Trabalho	27	24	12	11,0%	103,8%
Acidentes Pessoais	1.345	1.456	1.641	-7,6%	-11,3%
Doença	3.103	3.437	3.431	-9,7%	0,2%
Riscos Múltiplos Habitação	4.516	5.134	5.109	-12,0%	0,5%
Automóvel	2.678	3.064	2.948	-12,6%	3,9%
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	<b>-2.111</b>	<b>-2.941</b>	<b>-3.440</b>	<b>28,2%</b>	<b>14,5%</b>
Acidentes de Trabalho	-12	-11	-3	-2,6%	-254,7%
Acidentes Pessoais	-2.019	-2.845	-3.346	29,1%	15,0%
Doença	-81	-85	-91	4,4%	6,9%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

#### 1.4.5 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram uma diminuição de 1.306 milhares de euros (- 11,2%) em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES</b>	<b>10.362</b>	<b>11.668</b>	<b>11.669</b>	<b>-11,2%</b>	<b>0,0%</b>
Custos com sinistros	6.200	6.260	6.526	-1,0%	-4,1%
Custos de aquisição	871	706	983	23,3%	-28,2%
Gastos administrativos	3.159	4.578	4.032	-31,0%	13,5%
Custos de gestão de investimentos	133	124	127	7,1%	-2,5%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Companhia (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional). Em 2014 foi feita uma adequação da estrutura organizacional para efeitos de imputação de custos pelas diversas áreas funcionais, a qual se manteve em 2016, tendo havido uma nova classificação de centros de custos associadas às diferentes áreas. Embora não tenha existido alteração nos critérios de distribuição de custos pelas diversas áreas funcionais e pelos diversos ramos, a referida adequação da estrutura organizacional teve como impacto, uma menor imputação à função aquisição e, consequentemente, uma maior imputação à função sinistros e à função administrativa.

(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR</b>	<b>10.362</b>	<b>11.668</b>	<b>11.669</b>	<b>-11,2%</b>	<b>0,0%</b>
<b>GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL</b>	<b>10.261</b>	<b>11.577</b>	<b>11.584</b>	<b>-11,4%</b>	<b>-0,1%</b>
Gastos com pessoal	2.379	2.886	3.071	-17,5%	-6,0%
Fornecimentos e serviços externos	6.827	7.665	7.575	-10,9%	1,2%
Impostos e taxas	293	291	299	0,6%	-2,7%
Depreciações e amortizações do exercício	762	735	638	3,7%	15,1%
<b>GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA</b>	<b>101</b>	<b>92</b>	<b>85</b>	<b>9,7%</b>	<b>7,9%</b>
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	101	92	85	9,7%	7,9%
Outras provisões	0	0	0	-	-

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da GNB Seguros ascendem a 10.261 milhares de euros, apresentando uma melhoria (- 11,4%) comparativamente a 2015. De referir que estes gastos incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde e Auto, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 6.636 milhares de euros e apresentariam um decréscimo de - 9,8% face ao ano anterior.

De destacar que os “Gastos com Pessoal” totalizaram 2.379 milhares de euros, diminuindo 507 milhares de euros (- 17,5%) face a 2015. Esta redução é explicada essencialmente pela diminuição nas rubricas “Remuneração mensal dos Órgãos Sociais” com – 311 milhares de euros do que em 2015 e em “Encargos sobre remunerações de Órgãos Sociais” com – 78 milhares de euros, o que se deveu à redução do número de administradores com remuneração e à própria redução da remuneração dos existentes, verificada ao longo do ano.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE) ascendem a 6.827 milhares de euros (incluindo os “fees” dos produtos Saúde e Auto) e registam uma diminuição face ao ano anterior de 838 milhares de euros (- 10,9%). Esta diminuição face a 2016 é explicada essencialmente pela redução dos “fees” a pagar à Advancecare em – 592 milhares de euros (preçário mais favorável em vigor a partir de 01/09/2016), pela redução nas rubricas de “Trabalhos Executados no Exterior – Informática” com - 86 milhares de euros, “Conservação e Reparação em Equipamento Informático” com - 83 milhares de euros, “Rendas de terrenos e edifícios arrendados” com - 69 milhares de euros (relacionado com a mudança de instalações e pagamento de uma renda inferior na Av. Álvares Cabral desde junho/2016) e “Patrocínios” com – 55 milhares de euros (devido ao término do Patrocínio à Seleção Nacional).

#### 1.4.6 Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Rácio de Despesas líquidas de resseguro</b> (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	<b>15,4%</b>	<b>16,3%</b>	<b>15,2%</b>	<b>-5,2%</b>	<b>6,8%</b>
Doença	12,0%	13,1%	12,5%	-8,8%	4,8%
Riscos Múltiplos Habitação	20,3%	23,0%	23,1%	-11,8%	-0,5%
Automóvel	19,8%	22,4%	21,0%	-11,6%	6,5%
<b>Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro</b> (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	<b>69,2%</b>	<b>73,1%</b>	<b>71,4%</b>	<b>-5,4%</b>	<b>2,4%</b>
Doença	85,0%	87,6%	78,5%	-2,9%	11,6%
Riscos Múltiplos Habitação	52,8%	50,8%	66,6%	4,1%	-23,8%
Automóvel	67,1%	87,0%	67,9%	-22,9%	28,2%
<b>Rácio combinado, líquido de resseguro</b>	<b>84,6%</b>	<b>89,4%</b>	<b>86,7%</b>	<b>-5,4%</b>	<b>3,2%</b>
Doença	97,0%	100,7%	91,0%	-3,7%	10,7%
Riscos Múltiplos Habitação	73,1%	73,7%	89,7%	-0,9%	-17,8%
Automóvel	86,9%	109,4%	88,9%	-20,6%	23,0%

O Rácio Combinado Global, líquido de Resseguro, em 2016 foi de 84,6%, abaixo dos 89,4% verificados no período homólogo de 2015.

Ao nível da análise dos Rátios Combinados por produto, o Seguro Riscos Múltiplos Habitação apresenta um Rácio Combinado de 73,1% (face aos 73,7% registados no período homólogo do ano anterior). Esta ligeira melhoria face a 2015 explica-se por uma diminuição no rácio de “Despesas” (impacto favorável decorrente da redução dos custos operacionais) superior ao aumento registado no rácio de “Sinistralidade” (devido à ocorrência de 2 eventos com elevados custos de regularização aliada ao agravamento das condições climatéricas observadas durante o ano de 2016, em particular devido à precipitação persistente da primavera). De referir que a manutenção de um excelente rácio combinado no Seguro Riscos Múltiplos Habitação está associada aos excelentes resultados técnicos do produto, em que se destaca a baixa sinistralidade.

O seguro Automóvel apresenta um Rácio Combinado de 86,9% (face aos 109,4% registados no período homólogo do ano anterior). Esta forte melhoria face ao ano anterior deve-se essencialmente à diminuição do rácio de “Sinistralidade” em 19,9 pp, consequência das regularizações de provisões e IBNR ocorridas em 2016.

O seguro de Doença apresenta um Rácio Combinado de 97,0% face aos 100,7% apresentados no período homólogo do ano anterior, traduzindo a melhoria nos resultados técnicos do produto. Esta diminuição do rácio explica-se por uma melhoria do rácio de “Sinistralidade” (devido à diminuição dos “fees” de Saúde, da Provisão para Sinistros e das Reservas de IBNR) e pela diminuição do rácio de “Despesas” (impacto favorável decorrente da redução dos custos operacionais).

#### 1.4.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas apresentam uma diminuição de 5,5% em relação a 2015, situando-se nos 62.394 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pela diminuição da provisão para sinistros (- 8,2% face a 2015), em particular nos seguros Automóvel (- 2.089 milhares de euros) e Doença (- 1.253 milhares de euros), bem como pela diminuição da provisão para envelhecimento, com uma redução de 2.514 milhares de euros face ao ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Provisões técnicas</b>	<b>62.394</b>	<b>66.025</b>	<b>64.446</b>	<b>-5,5%</b>	<b>2,5%</b>
Provisão para prémios não adquiridos	23.112	21.956	23.528	5,3%	-6,7%
Provisão para sinistros	32.738	35.648	32.993	-8,2%	8,0%
De acidentes de trabalho	11	10	1	10,0%	900,0%
De outros ramos	32.727	35.638	32.992	-8,2%	8,0%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	2.329	2.096	1.873	11,1%	11,9%
Provisão para riscos em curso	2.215	1.811	1.538	22,3%	17,8%
Outras provisões técnicas	2.000	4.514	4.514	-55,7%	0,0%

Sem prejuízo de continuar o seu percurso de adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento.

Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

Esta diminuição no provisionamento técnico, é compensada pelo aumento verificado na provisão para prémios não adquiridos (registra um acréscimo de 1.156 milhares de euros face a 2015), com o maior aumento a ocorrer no seguro de Proteção ao Crédito (acréscimo de 1.114 milhares euros face ao ano anterior). Consequência do forte aumento de PBE registado neste produto em 2016 (trata-se de um produto em que o prémio é emitido à cabeça, mas cujo proveito vai sendo diferido pelos diversos anos do contrato, o que implica um forte aumento da Provisão para Prémios não Adquiridos).

A relação entre as provisões técnicas e os prémios adquiridos evoluiu como a seguir se apresenta.

	2016	2015	2014
<b>Provisões Técnicas / Prémios Adquiridos</b>			
Automóvel	188,9%	198,4%	181,5%
Incêndio e Outros Danos	60,0%	58,5%	57,5%
Outros	60,2%	64,3%	62,4%
Total	88,7%	92,2%	87,1%
Total líquido de Resseguro	87,1%	92,9%	87,8%

#### 1.4.8 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 101.302 milhares de euros no final de 2016, sendo constituído na sua maioria por obrigações e depósitos à ordem. O total de Investimentos apresentou um aumento de 8,1% em relação a 2015.

(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>101.302</b>	<b>93.671</b>	<b>100.605</b>	<b>8,1%</b>	<b>-6,9%</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.773	4.344	2.064	263,1%	110,5%
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-	-
Activos disponíveis para venda	85.528	86.277	90.290	-0,9%	-4,4%
Empréstimos e contas a receber	0	3.050	8.252	-100,0%	-63,0%
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	-	-

Do ponto de vista dos resultados obtidos, a atividade financeira líquida no exercício apresentou um decréscimo de - 20,9% face a 2015, explicada por fatores distintos.

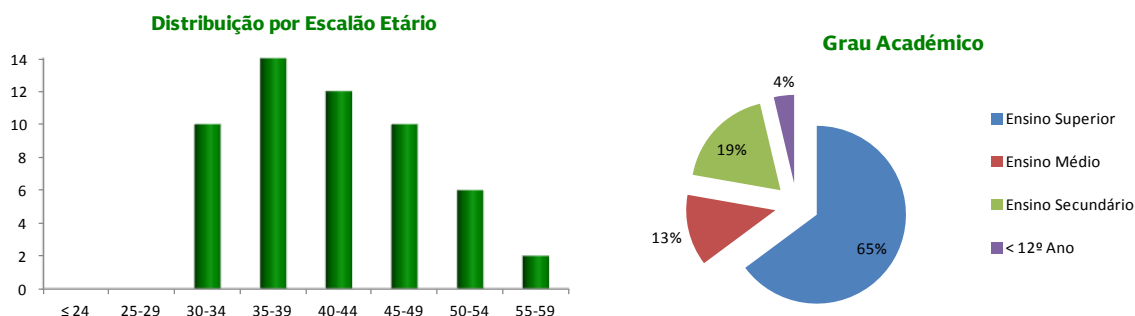
(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>Atividade Financeira Líquida</b>	<b>1.428</b>	<b>1.805</b>	<b>1.344</b>	<b>-20,9%</b>	<b>34,3%</b>
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.413	1.536	1.850	-8,0%	-17,0%
Ganhos líquidos de activos e passivos	16	271	490	-94,2%	-44,7%
Perdas de Imparidade	0	3	996	-80,0%	-99,7%

Diminuição nos Rendimentos Financeiros no valor de 123 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos por efeito da descida das taxas de juro e decréscimo no saldo de +/- valias realizadas de investimentos em - 255 milhares de euros.

#### 1.4.9 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2016, a GNB Seguros tinha 54 colaboradores no seu quadro de pessoal, menos 3 que no final de 2015, dos quais 52 como efetivos (menos 2 efetivos que em 2015).

Com uma média de idades de 42 anos, o escalão etário entre os 35 e os 44 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere à formação académica, 65% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.



#### 1.4.10 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A GNB Seguros atingiu em 2016 um resultado líquido de 9.461 milhares de euros, representando 13,2% dos prémios brutos emitidos (8,4% em 2015) e um aumento de 60,8% em relação ao ano anterior. Saliente-se que 2016 foi o exercício económico, desde o início da atividade, em que a GNB Seguros apresentou o melhor resultado líquido.



(Unidade: Milhares de euros)	2016	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>34.443</b>	<b>29.956</b>	<b>33.097</b>	<b>15,0%</b>	<b>-9,5%</b>
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	3.959	3.338	4.443	18,6%	-24,9%
Reserva por impostos diferidos	-990	-834	-1.111	-18,6%	24,9%
Outras reservas	7.009	6.565	5.799	6,8%	13,2%
Resultados transitados	3	3	1.233	7,3%	-99,8%
Resultado do exercício	9.461	5.885	7.733	60,8%	-23,9%

O capital próprio, no valor de 34.443 milhares de euros, apresentou um aumento de 15,0% (+ 4.487 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de dezembro de 2015.

Esta evolução do Capital Próprio, para além do contributo favorável do Resultado Líquido do exercício, é explicada pela variação favorável ocorrida na Reserva de Reavaliação no valor de 466 milhares de euros (líquida de impostos diferidos) e pela distribuição de dividendos aos acionistas no valor de 5.297 milhares de euros referentes ao exercício de 2015.

#### 1.4.11 Solvência

##### Solvência II

2016 foi o ano da entrada em vigor do regime de Solvência II, destacando-se neste regime não só uma avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos mas também um alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

Ao longo do exercício a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

À data do presente relatório e de acordo com a informação reportada à ASF referente ao último trimestre de 2016, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores confortáveis face aos requisitos regulamentares e aos definidos na Política de Appetite ao Risco da Companhia.

	2016
(unid: milhares de euros)	
Fundos Próprios (*)	33.967
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	20.398
<b>Rácio SCR</b>	<b>166,5%</b>

(\*) Considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração incluída no presente relatório



## Solvência I

Em termos comparativos com anos anteriores, utilizando o anterior indicador de taxa de cobertura da Margem de Solvência (I), no final de 2016 esta apresenta o valor de 207,8%, após inclusão da estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração no valor de 8 515 milhares de euros, o que representa um excesso de 13.224 milhares de euros face à Margem de Solvência anteriormente Exigida e um acréscimo de 17,3 pp em relação à Margem de Solvência registada em 2015.

(Unidade: Milhares de euros)	2016 (*)	2015	2014	Var.2016/ 2015	Var.2015/ 2014
Margem de Solvência Disponível	25.496	23.504	23.128	8,5%	1,6%
Margem de solvência Exigida	12.272	12.340	12.340	-0,5%	0,0%
Excesso/(insuficiência)	13.224	11.165	10.789	18,4%	3,5%
% de cobertura	207,8%	190,5%	187,4%	17,3 pp	3,0 pp

(\*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

### **1.4.12 Síntese e Perspetivas**

Apesar do contexto de incerteza em torno do Novo Banco, seu principal parceiro de negócio, a GNB Seguros apresentou em 2016 uma evolução positiva no seu volume de negócios e manteve os bons níveis de resultados e solidez económica que vinha apresentando em anos anteriores.

O ano de 2016 foi também marcado pela reorganização verificada nos serviços da Companhia, com a sua deslocação para a Av. Álvares Cabral 41, em Lisboa, onde coexistem os serviços das sociedades GNB Seguros Vida e GNB Gestão de Ativos, com quem esta entidade passou a partilhar serviços. Do mesmo modo, foi tomada a decisão de mudança da sede social da Sociedade para esta nova localização.

No campo regulamentar, este exercício teve como novidade a entrada em vigor do regime de Solvência II, para o qual a Companhia tem vindo progressivamente a preparar-se, desde a implementação de um adequado modelo de negócio e de governação até a um quadro regular de reporte e divulgação da informação. Do ponto de vista quantitativo, a GNB Seguros apresentou ao longo do ano níveis de capital e solvência perfeitamente adequados aos requisitos regulamentares e ao definido na sua Política de Apetite ao Risco.

No futuro próximo, a GNB Seguros procurará reforçar a sua relação com os clientes do seu principal distribuidor, o Novo Banco, continuando a fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos clientes, nomeadamente com produtos ligados ao crédito, um dos eixos expectáveis de crescimento da atividade do banco, e à saúde, tal como sucedeu em 2016.

Em paralelo, novos segmentos de negócio se colocam como potenciais janelas de oportunidade no curto prazo.

Para tudo isto é fundamental manter a prestação de um nível de serviço de excelência como eixo estratégico a manter.

Também a adequação da estrutura operacional, dos processos e do modelo de governo associada a uma adequada Política de Subscrição e gestão dos seus riscos serão um eixo estratégico a ter em conta, uma vez que são fundamentais para a eficiência do modelo de bancaseguros que permita continuar a acrescentar valor para os seus clientes, colaboradores e acionistas.

## 1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 9 461 386,49 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 946 138,65 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 8 515 200,00 euros para distribuição de dividendos aos acionistas;
- 3) O restante, no valor de 47,84 euros, transite para a conta de resultados transitados.

## 1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB-Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a GNB Seguros continue a atingir os objetivos a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e pelo Grupo Novo Banco.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 17 de março de 2017

O Conselho de Administração

## 2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

## 2.1. Conta de Ganhos e Perdas

### GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	dezembro 2016			Valores em euros
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	dezembro 2015
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	61.930.764	-	61.930.764	62.472.393
Prémios brutos emitidos		71.601.832	-	71.601.832	69.973.805
Prémios de resseguro cedido		(9.815.195)	-	(9.815.195)	(7.882.369)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(1.252.558)	-	(1.252.558)	1.629.067
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1.396.685	-	1.396.685	(1.248.110)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(42.827.179)	-	(42.827.179)	(45.680.880)
Montantes pagos		(45.614.808)	-	(45.614.808)	(42.986.198)
Montantes brutos		(46.900.043)	-	(46.900.043)	(43.995.816)
Parte dos resseguradores		1.285.235	-	1.285.235	1.009.618
Provisão para sinistros (variação)		2.787.629	-	2.787.629	(2.694.682)
Montante bruto		2.909.834	-	2.909.834	(2.655.074)
Parte dos resseguradores		(122.205)	-	(122.205)	(39.608)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	1.877.464	-	1.877.464	(496.513)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(9.557.938)	-	(9.557.938)	(10.172.707)
Custos de aquisição		(8.606.689)	-	(8.606.689)	(8.479.150)
Custos de aquisição diferidos (variação)		96.262	-	96.262	(56.884)
Gastos administrativos		(3.158.530)	-	(3.158.530)	(4.578.017)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.111.019	-	2.111.019	2.941.344
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	1.546.095	-	1.546.095	1.660.384
Gastos financeiros - Outros		(133.223)	-	(133.223)	(124.362)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	12	15.747	-	15.747	271.156
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos financeiros disponíveis para venda		(499)	-	(499)	(2.500)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	(1.312)	-	(1.312)	3.781
Outros rendimentos/gastos	13	-	(79.142)	(79.142)	30.001
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>12.849.919</b>	<b>(79.142)</b>	<b>12.770.777</b>	<b>7.960.753</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	-	(3.373.465)	(3.373.465)	(2.022.615)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	-	64.075	64.075	(52.924)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				<b>9.461.387</b>	<b>5.885.214</b>
Resultado por ação básico				3,15	1,96

## 2.2. Demonstração da posição financeira

### GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO  
EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2016	dezembro 2015
<b>ATIVO</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	15.773.250	4.344.345
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	85.528.499	86.276.947
Empréstimos e contas a receber	16	-	3.050.000
Outros ativos tangíveis	17	27.272	44.532
Outros ativos intangíveis	18	431.545	1.155.659
Provisões técnicas de resseguro cedido	19	8.446.937	7.963.923
Provisão para prêmios não adquiridos		4.051.395	3.446.175
Provisão para sinistros		4.395.542	4.517.748
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	64.043
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	3.460.518	3.752.805
Contas a receber por operações de seguro direto		533.789	348.177
Contas a receber por outras operações de resseguro		559.949	1.643.879
Contas a receber por outras operações		2.366.780	1.760.749
Ativos por impostos correntes	21	578.063	929.427
Acréscimos e diferimentos	22	458.060	603.670
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>114.704.144</b>	<b>108.185.351</b>

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

		Valores em euros	
Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	dezembro 2016	dezembro 2015
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	19	62.394.204	66.025.205
Provisão para prémios não adquiridos		23.112.408	21.956.111
Provisão para sinistros de outros ramos		32.738.409	35.648.243
Provisão para desvios de sinistralidade		2.328.608	2.096.384
Provisão para riscos em curso		2.214.779	1.810.686
Outras provisões técnicas		2.000.000	4.513.781
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	74.079	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	23	10.124.156	5.427.685
Contas a pagar por operações de seguro directo		2.508.256	4.009.576
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.017.013	530.654
Contas a pagar por outras operações		6.598.887	887.455
Passivos por impostos	21	2.768.819	1.665.798
Passivos por impostos correntes		2.147.436	1.135.741
Passivos por impostos diferidos		621.383	530.057
Acréscimos e diferimentos	24	4.247.724	4.457.587
Outras Provisões	25	652.635	652.635
<b>TOTAL PASSIVO</b>		80.261.617	78.228.910
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	26	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		3.959.431	3.337.825
Reserva por impostos		(989.858)	(834.456)
Outras reservas		7.008.716	6.565.200
Resultados transitados		2.851	2.658
Resultado do exercício		9.461.387	5.885.214
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		34.442.527	29.956.441
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		114.704.144	108.185.351

## 2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Valores em euros Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>15.000.000</b>	<b>4.442.634</b>	<b>(1.110.658)</b>	<b>5.425.187</b>	<b>373.655</b>	<b>1.233.294</b>	<b>7.732.627</b>	<b>33.096.739</b>
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.104.809)	-	-	-	-	-	(1.104.809)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	276.202	-	-	-	-	276.202
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	773.263	-	-	(773.263)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(6.959.364)	(6.959.364)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(1.230.636)	-	(1.230.636)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	(6.905)	-	-	(6.905)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	-	<b>(1.104.809)</b>	<b>276.202</b>	<b>773.263</b>	<b>(6.905)</b>	<b>(1.230.636)</b>	<b>(7.732.627)</b>	<b>(9.025.512)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.885.214	5.885.214
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>15.000.000</b>	<b>3.337.825</b>	<b>(834.456)</b>	<b>6.198.450</b>	<b>366.750</b>	<b>2.658</b>	<b>5.885.214</b>	<b>29.956.441</b>
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	621.606	-	-	-	-	-	621.606
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(155.402)	-	-	-	-	(155.402)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	588.521	-	193	(588.714)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(5.296.500)	(5.296.500)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	(145.005)	-	-	(145.005)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	-	<b>621.606</b>	<b>(155.402)</b>	<b>588.521</b>	<b>(145.005)</b>	<b>193</b>	<b>(5.885.214)</b>	<b>(4.975.301)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.461.387	9.461.387
<b>Balanco a 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>15.000.000</b>	<b>3.959.431</b>	<b>(989.858)</b>	<b>6.786.971</b>	<b>221.745</b>	<b>2.851</b>	<b>9.461.387</b>	<b>34.442.527</b>

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

## 2.4. Demonstração do Rendimento Integral

**GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

	Notas do Anexo	2016	2015
Resultado líquido do exercício		9.461.387	5.885.214
<b>Variação das reservas de reavaliação</b>			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda		499	2.500
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	12	(15.747)	(271.156)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		636.854	(836.153)
Variação dos impostos correntes e diferidos	21	(155.402)	276.202
<b>Outras variações de capital próprio</b>			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)		(145.005)	(6.905)
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>9.782.586</b>	<b>5.049.702</b>



## 2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

### GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2016	2015
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL</b>		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	78.838.494	77.522.576
Operações de Resseguro	149.900	437.763
Outras Atividades Operacionais	1.354	287
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(41.163.225)	(38.981.713)
Operações de Resseguro	(4.207.089)	(4.945.760)
Comissões	(9.208.084)	(16.663.199)
Outras Atividades Operacionais	(2.223)	(569)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.231.738)	(1.289.373)
D Pagamentos a Fornecedores	(2.749.524)	(19.885.706)
E Outros pagamentos e recebimentos	386.977	(1.201.862)
F Impostos e Taxas	(8.208.095)	(8.877.507)
G Impostos sobre o rendimento	(1.876.406)	(3.589.454)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	10.730.341	(17.474.517)
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	14.234.067	137.024.124
Alienação de Imobilizado	6.550	-
Dividendos	128.702	103.715
Juros	1.417.393	1.537.674
Outros Rendimentos	4.353	13.445
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(9.796.001)	(110.733.608)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	5.995.064	27.945.350
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
J Pagamentos		
Dividendos	(5.296.500)	(8.190.000)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(5.296.500)	(8.190.000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) -	11.428.905	2.280.833
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4.344.345	2.063.512
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	15.773.250	4.344.345

## 2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

#### Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o N.º 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A., (“GNB Seguros” ou “Companhia”) conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de Março de 2017.

#### Descrição da natureza do negócio

A GNB Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

### NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da GNB Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a atividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R15 de Setembro, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards*

Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 30, a GNB Seguros adotou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pela GNB Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adotadas em 2012 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a GNB Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 30.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a GNB Seguros já adota os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos Acionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pela ASF que definem a contabilização das operações efetuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2015. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

## **2.2. Especialização de Exercícios**

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

## **2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias**

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2016 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2016.

## **2.4. Operações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa

de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

## **2.5. Instrumentos Financeiros Derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## **2.6. Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

- *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Companhia não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## 2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

## 2.8. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.9. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos). Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.



Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **2.10. Locações**

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo sejam transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locações operacionais:*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### *Locações financeiras:*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## **2.11. Benefícios aos empregados**

### *Pensões*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos mesmos termos que os estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis ao sector segurador.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Estas alterações mantiveram-se no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016. Embora não sendo subscritora deste Acordo, a Companhia decidiu manter e aplicar em 2016 os mesmos termos aí estabelecidos.

Das alterações referidas, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (settlement).

A Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral de 7 de Dezembro de 2015 e que se encontram ainda em aprovação na ASF.

#### *Plano de contribuição definida*

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social. Para tal, a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido, efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando em 2016 os termos estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao sector segurador. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

#### *Benefícios de saúde*

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

#### *Distribuição de resultados aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.



## **2.12. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou doze anos no caso de existirem prejuízos fiscais, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

## **2.13. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## **2.14. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

## **2.15. Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

## **2.16. Contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

#### *Prémios*

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

#### *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

#### *Provisão para Prémios Não Adquiridos*

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “Pro-rata *temporis*”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma da ASF 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

#### *Provisão para Sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2016 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pela ASF; e
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

#### *Provisão para Riscos em Curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pela ASF.

#### *Provisão para Desvios de Sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

#### *Provisão para Envelhecimento*

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

#### *Provisões para o Resseguro Cedido*

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

### **2.17. Reporte por segmentos**

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### **2.18. Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

### **2.19. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Impostos sobre os lucros**

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.4. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### **3.5. Provisões técnicas**

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

## NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

### Segmento de negócio

A GNB Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pela Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

### Relato por segmentos de negócio

#### Conta de Ganhos e Perdas

2016						
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	39.711	805.310	25.268.734	22.281.717	13.535.292	-
Prémios brutos emitidos	85.772	6.324.474	25.808.247	23.853.828	15.529.511	-
Prémios de resseguro cedido	(39.221)	(5.520.156)	(468.352)	(1.704.466)	(2.083.000)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(6.840)	(1.395.693)	(71.161)	132.355	88.781	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	1.396.685	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.499)	(490.480)	(21.488.046)	(11.769.577)	(9.077.577)	-
Montantes pagos	(499)	(87.495)	(22.741.319)	(11.953.068)	(10.832.427)	-
Provisão para sinistros (variação)	(1.000)	(402.985)	1.253.273	183.491	1.754.850	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	8.253	-	2.018.318	(232.224)	83.117	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(14.949)	673.899	(3.022.463)	(4.515.956)	(2.678.469)	-
Custos de aquisição	(16.687)	(1.339.222)	(2.472.482)	(2.999.804)	(1.778.494)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.260	280.138	(13.691)	(55.317)	(116.129)	-
Gastos administrativos	(11.101)	(285.519)	(617.230)	(1.460.835)	(783.846)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	11.579	2.018.502	80.940	-	-	-
Rendimentos	789	201.573	251.162	368.190	724.381	-
Gastos financeiro	(68)	(17.369)	(21.642)	(31.726)	(62.418)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8	2.053	2.558	3.750	7.378	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	-	(65)	(81)	(119)	(234)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	(1.312)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(79.142)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>32.245</b>	<b>1.174.921</b>	<b>3.007.228</b>	<b>6.104.055</b>	<b>2.531.470</b>	<b>(79.142)</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(8.518)	(310.361)	(794.375)	(1.612.417)	(668.700)	20.906
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	162	5.895	15.088	30.626	12.701	(397)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>23.889</b>	<b>870.455</b>	<b>2.227.941</b>	<b>4.522.264</b>	<b>1.875.471</b>	<b>(58.633)</b>

2015						
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.422	874.729	25.569.418	22.333.257	13.684.567	-
Prémios brutos emitidos	56.037	3.998.857	26.022.877	24.179.999	15.716.034	-
Prémios de resseguro cedido	(38.082)	(3.130.619)	(523.444)	(1.924.154)	(2.266.069)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(7.533)	1.254.601	69.985	77.412	234.602	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(1.248.110)	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.150)	(45.504)	(22.395.328)	(11.335.217)	(11.903.681)	-
Montantes pagos	7.850	(81.693)	(21.283.293)	(11.178.266)	(10.450.795)	-
Provisão para sinistros (variação)	(9.000)	36.189	(1.112.035)	(156.951)	(1.452.886)	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(4.963)	-	-	(223.506)	(268.044)	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(12.621)	1.389.635	(3.351.997)	(5.133.950)	(3.063.774)	-
Custos de aquisição	(15.748)	(826.475)	(2.570.467)	(3.034.727)	(2.031.735)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.507	(250.610)	28.231	40.134	123.855	-
Gastos administrativos	(9.665)	(378.701)	(894.399)	(2.139.357)	(1.155.894)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	11.285	2.845.421	84.638	-	-	-
Rendimentos	719	189.258	317.490	357.042	795.875	-
Gastos financeiro	(58)	(16.404)	(23.028)	(26.535)	(58.337)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	117	30.907	51.849	58.308	129.975	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	-	(286)	(478)	(538)	(1.198)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	3.781	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	30.001
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(7.534)</b>	<b>2.422.335</b>	<b>171.707</b>	<b>6.028.861</b>	<b>(684.617)</b>	<b>30.001</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	1.914	(615.451)	(43.626)	(1.531.772)	173.943	(7.623)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	50	(16.104)	(1.142)	(40.080)	4.551	(199)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(5.570)</b>	<b>1.790.780</b>	<b>126.939</b>	<b>4.457.009</b>	<b>(506.123)</b>	<b>22.179</b>

## Demonstração da posição financeira

	2016						
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença				
<b>ATIVO</b>							
Caixa e seus equivalentes	150.000	29.222.856	30.233.171	103.210.945	54.660.361	(201.704.083)	15.773.250
Ativos disponíveis para venda	43.656	11.150.810	13.894.054	20.367.931	40.072.040	8	85.528.499
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	4.697.268	-	247.357	3.502.312	-	8.446.937
<b>PASSIVO</b>							
Provisões Técnicas	26.923	9.033.480	9.438.251	14.392.455	29.503.095	-	62.394.204

	2015						
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença				
ATIVO							
Caixa e seus equivalentes	83.448	23.852.943	25.095.186	87.559.297	47.116.383	(179.362.913)	4.344.345
Ativos disponíveis para venda	37.367	9.834.217	16.497.420	18.552.631	41.355.313	-	86.276.947
Empréstimos e contas a receber	1.241	326.526	547.764	616.003	1.558.466	-	3.050.000
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	4.102.944	-	24.378	3.836.601	-	7.963.923
PASSIVO							
Provisões Técnicas	28.596	7.525.836	12.624.989	14.197.782	31.648.002	-	66.025.205

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

#### NOTA 5 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2016	2015
Prémios brutos emitidos	71.601.832	69.973.805
Prémios de resseguro cedido	(9.815.195)	(7.882.369)
Prémios líquidos de resseguros	61.786.637	62.091.436
Varição da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	144.127	380.957
Prémios líquidos de resseguro	<b>61.930.764</b>	<b>62.472.393</b>

No anexo 4 estão discriminados por ramos os prémios emitidos e os prémios brutos adquiridos.

## NOTA 6 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2016	2015
Seguro direto		
Montantes pagos	(40.700.160)	(37.735.619)
Custos imputados à função sinistros (Nota 10)	(6.199.884)	(6.260.197)
Variação da provisão para sinistros	2.909.835	(2.655.074)
	(43.990.209)	(46.650.890)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1.285.235	1.009.618
Variação da provisão para sinistros	(122.205)	(39.608)
	1.163.030	970.010
	(42.827.179)	(45.680.880)

O valor dos montantes pagos, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 3.677 milhares de euros (em 2015: 3.517 milhares de euros).

No anexo 3 estão discriminados os custos com sinistros por ramos.

## NOTA 7 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2016	2015
Provisão para desvios de sinistralidade	(232.224)	(223.505)
Provisão para riscos em curso	(404.093)	(273.008)
Outras provisões técnicas	2.513.781	-
	<b>1.877.464</b>	<b>(496.513)</b>

## NOTA 8 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2016	2015
Custos de aquisição	(8.606.689)	(8.479.150)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(7.736.160)	(7.384.960)
Custos imputados à função aquisição (nota 10)	(870.529)	(705.901)
Outros	-	(388.289)
Custos de aquisição diferidos (variação)	96.262	(56.884)
Custos imputados à função administrativa (nota 10)	(3.158.530)	(4.578.017)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	2.111.019	2.941.344
Comissões de resseguros cedido	1.972.585	2.097.567
Participação nos resultados de resseguro	138.434	843.777
	<b>(9.557.938)</b>	<b>(10.172.707)</b>

## NOTA 9 – RENDIMENTOS DE JUROS DE ATIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR POR VIA DE GANHOS E PERDAS

### *Rendimentos por categoria de investimento*

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2016	2015
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	1.356.249	1.641.390
de empréstimos concedidos e contas a receber	189.846	18.994
	<b>1.546.095</b>	<b>1.660.384</b>



## NOTA 10 – CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2016	2015
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(6. 199.884)	(6. 260.197)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	( 870.529)	( 705.901)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(3. 158.530)	(4. 578.017)
Custos de gestão de investimentos	( 133.223)	( 124.362)
	<b>(10.362.166)</b>	<b>(11.668.477)</b>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2016	2015
Custos com pessoal	(2.379.203)	(2.885.606)
Fornecimentos e serviços externos	(6. 826.940)	(7. 664.849)
Impostos e taxas	( 293.102)	( 291.265)
Amortizações do exercício (ver notas 20 e 21)	( 762.104)	( 734.849)
Comissões	( 100.817)	( 91.908)
	<b>(10.362.166)</b>	<b>(11.668.477)</b>

*Gastos com pessoal:*

*Número médio de trabalhadores*

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2016	2015
Diretor	5	4
Técnico	19	20
Coordenador Operacional	4	4
Gestor Operacional	1	1
Gestor Técnico	1	2
Especialista Operacional	24	26
	<b>54</b>	<b>57</b>

*Despesas com o pessoal*

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	(101.751)	(445.841)
Remunerações do pessoal	(1.740.722)	(1.752.850)
Encargos sobre remunerações	(389.993)	(502.387)
Benefícios pós emprego	1.384	(212)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(34.540)	(19.441)
Seguros obrigatórios	(26.359)	(45.489)
Custos de acção social	(80.913)	(96.465)
Outros custos com o pessoal	(6.309)	(22.921)
	<b>(2.379.203)</b>	<b>(2.885.606)</b>

## Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	2016	2015
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações e outros benefícios	( 101.751)	( 423.641)
Benefícios pós emprego	1. 384	-
Remunerações variáveis	-	( 22.200)
Encargos sobre remunerações	( 26.826)	( 105.287)
	<b>(127.193)</b>	<b>(574.534)</b>

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2016	2015
Artigos para oferta	-	(451)
Combustíveis	(12.121)	(16.180)
Comunicação	(574.168)	(577.444)
Conservação e Reparação	(1.062.379)	(959.028)
Contencioso e notariado	(1.231)	(1.502)
Deslocações e Estadas	(19.038)	(26.912)
Despesas Bancárias - Comissões	(17.854)	(16.677)
Despesas de Condomínio	(17.096)	(39.441)
Despesas de representação	-	(1.566)
Electricidade	(13.551)	(21.374)
Gastos com Trabalho Independente	(24.414)	(23.360)
Impressos	(60.728)	(47.506)
Limpeza, Higiene e Conforto	(27.452)	(38.021)
Material de escritório	(9.108)	(13.538)
Outros Fornecedores e Serviços	(73.693)	(103.429)
Publicidade e Propaganda	(3.883)	(68.954)
Quotizações (Actividade)	(53.342)	(47.150)
Refeições no local de trabalho	705	(5.129)
Rendas e Alugueres	(143.156)	(385.586)
Seguros	(19.859)	(18.074)
Trabalhos Especializados	(4.693.532)	(5.250.881)
Vigilância e segurança	(1.040)	(2.646)
	<b>(6.826.940)</b>	<b>(7.664.849)</b>

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui o montante de 3.626 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.215 milhares de Euros em 2015).

Esta rubrica inclui ainda os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas da Companhia, que são analisados como segue:

	2016	2015
Revisão legal das contas	37.208	36.347
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável	14.022	13.899
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável	5.228	5.105
	<b>56.457</b>	<b>55.350</b>

A rubrica “Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável” corresponde à emissão de relatórios prudenciais exigidos pela ASF ao ROC da Companhia.

## NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Pensões, plano de benefício definido*

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de contribuição definida para os colaboradores da Companhia, abrangendo os benefícios por morte, velhice e invalidez.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões é efetuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2016.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de Dezembro de 2016 e 2015, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2016	2015
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa de evolução salarial	0,5% - 0,75% (*)	0,5% - 1,0% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,5% - 0,75% (*)	0,5% - 1,0% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,5% - 0,75% (*)	0,5% - 1,0% (*)
Taxas de rendimento do fundo	2,25%	2,25%
Taxa de desconto	2,25%	2,25%

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores

<b>Pressupostos demográficos e métodos de avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Taxa de pré-reforma/reforma antecipada	5% - 100% (*)	5% - 100% (*)
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” de elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os montantes reconhecidos no balanço podem ser analisados como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades no final do período	( 249 171)	( 111 507)
<b>Saldo do fundo no final do período</b>	175 092	175 550
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	( 74 078)	64 043
<b>Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de dezembro</b>	<b>( 74 078)</b>	<b>64 043</b>

Os Ativos líquidos no balanço encontram-se refletidos na rubrica de “Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

A evolução das responsabilidades com pensões pode ser analisada como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Responsabilidades em 1 de janeiro</b>	<b>111 507</b>	<b>293 129</b>
Custo dos juros	2 509	6 509
Benefícios pagos pela Companhia	( 5 499)	( 7 698)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:		
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	140 653	( 71 430)
Transferências	-	( 109 003)
<b>Responsabilidades no final do período</b>	<b>249 171</b>	<b>111 507</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Saldo dos fundos em 1 de janeiro</b>	<b>175 550</b>	<b>279 910</b>
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do Fundo	3 893	6 298
Ganhos e (perdas) atuariais	( 4 351)	( 1 655)
Transferências	-	( 109 003)
<b>Saldo dos fundos no final do período</b>	<b>175 092</b>	<b>175 550</b>

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2016 e 2015, pode ser analisada como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>64 043</b>	<b>( 13 219)</b>
Custo do exercício	1 384	( 211)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	( 145 004)	69 775
Contribuições efetuadas no exercício e benefícios pagos pela Companhia	5 499	7 698
<b>Ativos / (responsabilidades) em balanço no final do período</b>	<b>( 74 078)</b>	<b>64 043</b>

A movimentação da reserva, relativa a custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
<b>Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 31 de dezembro</b>	<b>366 750</b>	<b>296 975</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- nas responsabilidades	140 653	71 430
- nos ativos do plano	4 351	( 1 655)
<b>Desvios atuariais diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>511 754</b>	<b>366 750</b>

Os custos do exercício com responsabilidades com pensões podem ser analisados como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Custo do serviço corrente	-	6 509
Custo/ (Proveitos) de juros	( 1 384)	( 6 298)
<b>Custos do exercício no final do período</b>	<b>( 1 384)</b>	<b>211</b>

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2016		2015	
		%		%
Ações e outros títulos de rendimento variável	7.738	26,52%	5.992	20,27%
Títulos de rendimento fixo	20.051	68,73%	22.053	74,61%
Depósitos em instituições de crédito	832	2,85%	1.545	5,23%
Devedores e credores do fundo	553	1,90%	(32)	-0,11%
	<b>29.174</b>	<b>100%</b>	<b>29.558</b>	<b>100%</b>

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Administradores Tranquilidade, do qual a GNB Seguros representa 0,6% do total do fundo.

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

## NOTA 12 – GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor são analisados como segue:

	2016			2015		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos disponíveis para venda	37.454	(21.707)	15.747	334.194	(63.038)	271.156
Por valorização decorrente da amortização do ativo e passivos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	<b>37.454</b>	<b>(21.707)</b>	<b>15.747</b>	<b>334.194</b>	<b>(63.038)</b>	<b>271.156</b>

## NOTA 13 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2016		2015	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	4.294	(2.748)	3.781	-
Outros rendimentos/(gastos)	(5.606)	(76.394)	-	30.001
	<b>(1.312)</b>	<b>(79.142)</b>	<b>3.781</b>	<b>30.001</b>

## NOTA 14 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	212	244
Depósitos à ordem	15.773.038	4.344.101
	<b>15.773.250</b>	<b>4.344.345</b>

## NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	Custo	Reserva de justo valor			Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
	Amortizado <sup>(1)</sup>	Positiva	Negativa	Imparidade			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	11.761.593	696.499	-	-	12.458.092	96.818	12.554.910
De outros emissores	63.191.183	2.413.605	(307.288)	(998.196)	64.299.304	522.332	64.821.636
Ações	48.167	34.966	-	-	83.133	-	83.133
Outros títulos de rendimento variável	8.210.709	549.252	(49.209)	-	8.710.752	106.516	8.817.268
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>83.211.652</b>	<b>3.694.322</b>	<b>(356.497)</b>	<b>(998.196)</b>	<b>85.551.282</b>	<b>725.666</b>	<b>86.276.948</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	11.771.211	662.683	-	-	12.433.894	97.046	12.530.940
De outros emissores	66.071.244	2.745.717	(18.013)	(998.596)	67.800.352	567.457	68.367.809
Ações	5	3	-	-	8	-	8
Outros títulos de rendimento variável	4.060.701	641.828	(72.787)	-	4.629.742	-	4.629.742
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>81.903.161</b>	<b>4.050.231</b>	<b>(90.800)</b>	<b>(998.596)</b>	<b>84.863.996</b>	<b>664.503</b>	<b>85.528.499</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

## NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Empréstimos e contas a receber” é analisada como segue:

	2016	2015
Depósitos a prazo - Capital	-	3.050.000

## NOTA 17 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	484.048	468.685
Mobiliário e material	272.848	272.848
Instalações interiores	95.295	95.295
Máquinas e ferramentas	36.286	35.839
Outros	27.002	33.999
	<b>915.479</b>	<b>906.666</b>
Depreciação acumulada	(888.207)	(862.134)
	<b>27.272</b>	<b>44.532</b>

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.8.

Durante o exercício de 2016 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	Equipamento
<b>Saldo líquido a 1 de janeiro de 2015</b>	<b>74.431</b>
Adições	1.126
Abates	(1.991)
Depreciações do exercício	(29.034)
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>44.532</b>
Adições	15.810
Depreciações do exercício	(33.070)
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>27.272</b>

## NOTA 18 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Software	11.333.892	11.279.773
Imobilizações em curso	33.600	82.800
Despesas em edifícios arrendados	650.597	650.597
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	<b>12.038.689</b>	<b>12.033.770</b>
Amortizações acumuladas	(11.607.144)	(10.878.111)
	<b>431.545</b>	<b>1.155.659</b>

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

<b>Saldo liquido a 1 de janeiro de 2015</b>	<b>1.778.549</b>
Adições	82.041
Amortizações do exercício	(704.932)
<b>Saldo liquido a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.155.658</b>
Adições	4.919
Amortizações do exercício	(729.033)
<b>Saldo liquido a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>431.545</b>

## NOTA 19 – PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS

### Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2016			2015		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	27.045.199	(9.338.643)	17.706.556	25.792.640	(7.941.958)	17.850.682
Custos de aquisição diferidos	(3.932.791)	5.287.249	1.354.458	(3.836.529)	4.495.783	659.254
Provisão para sinistros	32.738.409	(4.395.543)	28.342.866	35.648.243	(4.517.748)	31.130.495
Provisão para desvios de sinistralidade	2.328.608	-	2.328.608	2.096.384	-	2.096.384
Provisão para riscos em curso	2.214.779	-	2.214.779	1.810.686	-	1.810.686
Provisão para envelhecimento	2.000.000	-	2.000.000	4.513.781	-	4.513.781
	<b>62.394.204</b>	<b>(8.446.937)</b>	<b>53.947.267</b>	<b>66.025.205</b>	<b>(7.963.923)</b>	<b>58.061.282</b>

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 9.000.147 euros (em 2015: 12.128.288 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2016 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 3.025.817 euros (em 2015: 2.783.837 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2016.

*Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos*

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estimativa inicial dos custos com sinistros	40.196.444	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300	32.992.169	35.638.244	32.738.408
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	10.287.553	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	10.482.867	9.686.894	10.536.532	
Dois anos depois	13.688.926	12.917.489	13.442.691	15.813.162	14.939.110	14.983.272	16.364.487	12.213.843	12.894.987		
Três anos depois	15.670.306	15.894.945	16.315.211	17.464.268	16.822.280	16.775.492	17.319.581	14.492.611			
Quatro anos depois	18.334.227	17.925.585	17.695.437	18.821.223	17.899.758	17.005.480	19.274.572				
Cinco anos depois	19.899.929	19.127.186	18.744.561	19.686.657	17.769.066	18.348.568					
Seis anos depois	20.657.195	20.027.921	19.511.506	19.473.402	18.961.043						
Sete anos depois	21.273.004	20.764.905	19.376.713	20.290.537							
Oito anos depois	21.954.614	20.717.042	20.133.072								
Nove anos depois	21.935.923	21.144.992									
Dez anos depois	22.186.572										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	40.356.541	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.972.822	30.672.882	28.326.749	31.022.614	28.471.357	
Dois anos depois	38.823.293	40.885.913	35.093.340	32.056.703	28.389.643	26.828.487	28.783.442	26.916.364	26.441.048		
Três anos depois	36.033.464	32.118.586	29.337.845	27.434.035	25.112.108	24.199.942	29.034.186	23.952.212			
Quatro anos depois	29.392.350	27.871.393	25.461.696	24.648.721	22.716.589	24.269.197	26.812.436				
Cinco anos depois	25.872.755	25.106.147	22.692.397	22.511.448	23.042.842	22.987.805					
Seis anos depois	24.448.448	23.354.226	21.622.578	23.014.154	22.017.094						
Sete anos depois	23.516.007	22.535.140	22.289.297	21.725.800							
Oito anos depois	23.015.673	23.042.660	21.144.481								
Nove anos depois	23.431.956	22.165.616									
Dez anos depois	22.691.430										
<b>Excedente/(défice) acumulado</b>	<b>17.505.013</b>	<b>24.268.140</b>	<b>27.975.737</b>	<b>27.705.123</b>	<b>20.282.027</b>	<b>15.443.153</b>	<b>10.434.390</b>	<b>10.286.088</b>	<b>6.551.122</b>	<b>7.166.887</b>	

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

## NOTA 20 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
<b>Contas a receber por operações de seguro directo</b>		
Tomadores de seguro	533.789	348.177
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	559.949	1.643.879
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Outros devedores	2.366.780	1.760.749
	<b>3.460.518</b>	<b>3.752.805</b>

## NOTA 21 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2016 e 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 7%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período quatro ou doze anos no caso de existirem prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

### *Ativos e passivos por impostos correntes*

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.



Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2016	2015	2016	2015
Impostos sobre rendimentos	-	843.162	653.897	-
Outros impostos e taxas	578.063	86.265	1.493.539	1.135.741
<b>Total</b>	<b>578.063</b>	<b>929.427</b>	<b>2.147.436</b>	<b>1.135.741</b>

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

<b>Saldo a 1 de janeiro de 2015</b>	<b>(575.206)</b>
Montantes registados nos resultados	(2.022.615)
Pagamentos efectuados	3.397.983
Excesso / insuficiência de estimativa	43.000
<b>Saldo a 31 de dezembro 2015</b>	<b>843.162</b>
Montantes registados nos resultados	(3.373.465)
Pagamentos efectuados	1.876.406
<b>Saldo a 31 de dezembro 2016</b>	<b>(653.897)</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pensões	47.152	54.851	-	-	47.152	54.851
Investimentos Financeiros	249.549	249.549	(989.858)	(834.456)	(740.309)	(584.907)
Outros	71.774	-	-	-	71.774	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>368.475</b>	<b>304.400</b>	<b>(989.858)</b>	<b>(834.456)</b>	<b>(621.383)</b>	<b>(530.056)</b>
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(368.475)	(304.400)	368.475	304.400	-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(621.383)</b>	<b>(530.056)</b>	<b>(621.383)</b>	<b>(530.056)</b>

### *Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos*

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2016 e 2015 explica-se como segue:

	2016	2015
<b>Imposto corrente</b>	<b>(3.373.465)</b>	<b>(2.022.615)</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	64.075	(52.924)
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>(3.309.390)</b>	<b>(2.075.539)</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2016 e 2015 explica-se como segue:

	2016		2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	-	(155.402)	625	276.202
Pensões	(7.699)	-	8.951	-
Provisões	71.774	-	(62.500)	-
	<b>64.075</b>	<b>(155.402)</b>	<b>(52.924)</b>	<b>276.202</b>

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

### *Imposto sobre o rendimento reportado em reservas*

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2016 e 2015 explica-se como segue:

	2016	2015
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(155.402)	276.202

*Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico*

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>12.770.777</b>		<b>7.960.753</b>
Taxa de imposto estatutária	26,0%		25,0%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(3.317.432)		(1.992.202)
Benefícios pós emprego		-		(24)
Provisões		(7)		(59)
Diferenças temporárias		50.499		(33.576)
Benefícios fiscais		-		-
Tributações autónomas		(42.450)		(49.678)
Outros		-		-
		<b>(3.309.390)</b>		<b>(2.075.539)</b>

**NOTA 22 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Gastos diferidos	458.060	603.670

A rubrica de “Gastos diferidos” inclui o montante de 405 milhares de euros (2015: 602 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

**NOTA 23 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES**

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	2.508.256	4.009.576
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	1.017.013	530.654
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Outros credores	6.598.887	887.455
	<b>10.124.156</b>	<b>5.427.685</b>

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” em 2016 inclui o montante de 4.527 milhares de euros (2015: 139 milhares de euros) relativos a valores a pagar a fornecedores e 15 milhares de euros (2015: 266 milhares de euros) relativos a sinistros a pagar.

## NOTA 24 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

	2016	2015
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	546.236	645.674
Outros acréscimos de gastos	3.701.488	3.811.913
	<b>4.247.724</b>	<b>4.457.587</b>

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 718 milhares de euros (2015: 1.059 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

## NOTA 25 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

Saldo a 1 de janeiro de 2015	<b>652.635</b>
Dotações	250.000
Utilização	(250.000)
Saldo a 31 de dezembro de 2015	<b>652.635</b>
Saldo a 31 de dezembro de 2016	<b>652.635</b>

## NOTA 26 - CAPITAL

### Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social autorizado da GNB - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	% Capital	
	2016	2015
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Novo Banco, S.A.	24,99340%	24,99340%
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	0,00330%	0,00330%
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	0,00330%	0,00330%
	<b>100,00000%</b>	<b>100,00000%</b>

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

## Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>4.442.634</b>	<b>(1.110.658)</b>	<b>5.798.842</b>	<b>1.233.294</b>
Aplicação de resultados	-	-	773.263	-
Distribuição de reservas	-	-	-	(1.230.636)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	(6.905)	-
Alterações de justo valor	(1.104.809)	276.202	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.337.825</b>	<b>(834.456)</b>	<b>6.565.200</b>	<b>2.658</b>
Aplicação de resultados	-	-	588.521	193
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	(145.005)	-
Alterações de justo valor	621.606	(155.402)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.959.431</b>	<b>(989.858)</b>	<b>7.008.716</b>	<b>2.851</b>

## Dividendos

### Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2016 e 2015, é analisada da seguinte forma:

	2016	2015
Crédit Agricole Assurances, S.A.	2.648.250	4.095.000
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	1.324.125	2.047.500
Novo Banco, S.A.	1.323.775	2.046.954
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	175	273
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	175	273
	<b>5.296.500</b>	<b>8.190.000</b>

## NOTA 27- GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

A estrutura orgânica da GNB Seguros incorpora a Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance. O âmbito de atuação desta Direção integra as áreas de Gestão de Risco e Controlo, Compliance ainda a área de Planeamento e Controlo de Gestão.

No que respeita às áreas de Compliance, Controlo Interno e Gestão de Risco, mantêm-se as anteriores competências.

Compete à Direção no âmbito do compliance, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às atividades de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades);
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a Compliance e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

#### Controlo Interno

Compete à Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance, no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

#### Gestão de Risco

A gestão de risco apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

Durante o ano de 2015 prosseguiram os diversos desenvolvimentos no que respeita à implementação do novo regime de solvência (Solvência II) quer ao nível dos processos quer no que respeita à implementação de ferramentas e suporte tecnológico. Neste sentido, a Companhia efetuou o reporte e divulgação de informação requerida pelo regulador e pelo Grupo Crédit Agricole.

Também o crescente enfoque atribuído à análise e monitorização dos diversos riscos, bem como ao processo de comunicação interno, tem contribuído para o papel que a gestão de risco tem vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão.

No que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na GNB Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Relativamente à estrutura, informa-se que para além da referida Direção que integra a gestão de risco, a Companhia dispõe de um conjunto de Comitês, destacando-se o Comité de Controlo Interno e o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e Serviços Externos Essenciais. Estes Comitês são compostos pela Comissão Executiva, por representantes do Crédit Agricole e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Encontram-se acometidas a estes comitês as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, definição de planos de melhoria contínua, avaliação e análise de riscos operacionais e de conformidade e análise das recomendações de auditoria interna, culminando na contribuição para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da GNB Seguros.

Constituem como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, risk register e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, provisionamento e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, standards e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A Companhia apresenta a descrição dos vários riscos a que se encontra exposta, de acordo com a estrutura da Circular nº7/2009, de 23 de Abril, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, referente ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das Empresas de Seguros.

#### A. Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular desses objetivos a todos os colaboradores da Companhia.

As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

## B. Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

### 1) Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos, que incluem sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, o qual poderá emitir recomendações sobre as matérias analisadas;
- É efetuada uma análise prévia em sede de Comité de Produtos no qual se encontram representadas todas as Direções operacionais. Previamente ao lançamento dos produtos são analisados e discutidos vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para o Presidente da Comissão Executiva para posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Comissão Executiva, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade referentes a todos os produtos;
- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efetuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

### 2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida no sistema e aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e



transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de um regulamento interno de gestão de reclamações, que define prazos internos para o processamento e resposta de reclamações e no momento de subscrição disponibiliza aos clientes informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

### 3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da Best Estimate (ex.: Chain ladder, bootstrap). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

### 4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente o Gabinete de Atuariado efetua um acompanhamento e monitorização dos sinistros geridos pela Companhia.

É efetuado um acompanhamento mensal da sinistralidade, que abrange as taxas de sinistralidade, a frequência e os custos, incluindo os custos médios por sinistros.

Este acompanhamento permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarificação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada mensalmente às várias Direções da Companhia e à Comissão Executiva.

O Gabinete de Atuariado, bem como a Direção de Sinistros, efetuam uma análise regular e detalhada dos sinistros que envolvem danos corporais e dos sinistros graves, permitindo um ajustamento adequado das provisões, bem como uma análise ao nível do impacto no resseguro.



## 5) Resseguro

A mitigação de risco é efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – Excess of Loss – para os produtos Automóvel e Multirriscos e Proporcionais – Quota Share – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 300 anos.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2016	2015
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2. 141.359)	(2. 284.044)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4. 282.718)	(4. 568.088)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	( 477.897)	( 508.635)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	( 955.794)	(1. 017.271)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

### C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas. Regularmente é efetuada a monitorização dos ativos que representam as provisões técnicas.

#### 1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.
- Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro. No exercício de 2015, a companhia não se encontrou exposta a este risco, uma vez que não procedeu a transações em moeda estrangeira.

- **Risco de Variação das taxas de juro:** As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco (contratos de derivados, análises ALM,...) têm como objetivo a optimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- **Risco de Imobiliário:** A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
- **Risco de Spread:** Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

#### Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado (líquidos de imposto):

Valores em milhares de euros		
2016		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	( 1.854)	13
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	1. 854	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	347	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	( 347)	-
2015		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	( 2.055)	26
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2. 055	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	348	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	( 348)	-

## 2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2016 não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) Risco ALM

Não relevante para a atividade Não Vida.

Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os “Empréstimos e contas a receber” e a rubrica de “Outros devedores e credores” foram classificados no nível 2 e 3 respetivamente de acordo com as políticas definidas pelo grupo dado não terem cotações em mercados ativos.

O escalonamento dos ativos financeiros e não financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	15.773.250	-	15.773.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	85.528.491	-	8	85.528.499
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	15.561.764	-	-	15.561.764
De outros emissores	65.336.985	-	-	65.336.985
Ações e Fundos de Investimento	4.629.742	-	8	4.629.750
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.460.518	3.460.518
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	533.789	533.789
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	559.949	559.949
Contas a receber por outras operações	-	-	2.366.780	2.366.780
<b>Passivo</b>				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(10.124.156)	(10.124.156)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(2.508.256)	(2.508.256)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(1.017.013)	(1.017.013)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(6.598.887)	(6.598.887)

	2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.344.345	-	-	4.344.345
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.193.835	-	83.133	86.276.968
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	12.554.910	-	-	12.554.910
De outros emissores	64.821.636	-	-	64.821.636
Ações e Fundos de Investimento	8.817.289	-	83.133	8.900.422
Empréstimos e contas a receber	-	3.050.000	-	3.050.000
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.752.805	3.752.805
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	348.177	348.177
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	1.643.879	1.643.879
Contas a receber por outras operações	-	-	1.760.749	1.760.749
<b>Passivo</b>				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(5.427.685)	(5.427.685)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(4.009.576)	(4.009.576)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(530.654)	(530.654)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(887.455)	(887.455)

Os montantes registados em Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem foram reclassificados do nível 1 para o nível 2 em 2016.

Em 2016 e 2015 não existiram transferências de ativos entre Níveis.

*Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor*

	2016		2015	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.773.250	15.773.250	4.344.345	4.344.345
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	3.050.000	3.050.000
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.460.518	3.460.518	3.752.805	3.752.805
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>19.233.768</b>	<b>19.233.768</b>	<b>11.147.150</b>	<b>11.147.150</b>
Outros credores por operações de seguro e outras operações	10.124.156	10.124.156	5.427.685	5.427.685
<b>Passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>10.124.156</b>	<b>10.124.156</b>	<b>5.427.685</b>	<b>5.427.685</b>

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

#### D. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurances, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de rating, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas.

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é analisado como segue:

	2016						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	15.773.038	212	15.773.250
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	7.314.445	23.648.806	25.774.916	18.731.328	5.429.261	4.629.743	85.528.499
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	-	559.949	-	2.900.569	-	3.460.518
<b>Total</b>	<b>7.314.445</b>	<b>23.648.806</b>	<b>26.334.865</b>	<b>18.731.328</b>	<b>24.102.868</b>	<b>4.629.955</b>	<b>104.762.267</b>

	2015						Total
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	4.344.101	244	4.344.345
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	4.329.601	19.746.198	23.885.569	15.301.343	6.114.516	16.899.720	86.276.947
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	3.050.000	-	3.050.000
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	13.292	1.419.125	211.462	2.108.926	-	3.752.805
<b>Total</b>	<b>4.329.601</b>	<b>19.759.490</b>	<b>25.304.694</b>	<b>15.512.805</b>	<b>15.617.543</b>	<b>16.899.964</b>	<b>97.424.097</b>

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a exposição à dívida publica por País é analisada como se segue:

2016			2015		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem	País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	7.741. 749	61,78%	França	7.664. 939	61,05%
Polónia	582. 455	4,65%	Polónia	582. 984	4,64%
Finlândia	827. 903	6,61%	Finlândia	814. 069	6,48%
Portugal	3.378. 832	26,96%	Portugal	3.492. 919	27,82%
<b>Total</b>	<b>12.530. 939</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>12.554. 910</b>	<b>100,00%</b>

## E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating, por classe de ativos (asset allocation) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, conforme se segue:

	2016		2015	
	Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades
Dívida Pública e Supranacional	15.561.763	-	17.658.488	-
Financeiro	33.408.528	( 998.596)	30.003.119	( 998.196)
Indústria	19.848.997	-	17.358.024	-
Comércio	3.994.264	-	3.659.960	-
Matérias-Primas	2.685.838	-	-	-
Outros Serviços	2.878.693	-	2.206.602	-
Telecomunicações	2.146.093	-	2.693.546	-
Energia	4.980.216	-	8.378.175	-
Cuidados de Saúde	-	-	258.878	-
Fundos de Investimento	-	-	4.560.747	-
Tecnologia de Informação	1.022.702	-	497.606	-
	86.527.094	( 998.596)	87.275.143	( 998.196)

Considerando que os produtos que a GNB Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

## F. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

2016					
Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.773.038	-	-	212	15.773.250
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.349.461	33.576.099	25.541.859	8	85.528.499
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.446.937	-	-	-	8.446.937
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.460.518	-	-	-	3.460.518
<b>Total de Ativos</b>	<b>36.029.954</b>	<b>33.576.099</b>	<b>25.541.859</b>	<b>220</b>	<b>113.209.204</b>
Provisões Técnicas	(33.623.961)	(9.512.957)	(8.745.159)	-	(62.394.204)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(10.124.156)	-	-	-	(10.124.156)
<b>Total de Passivos</b>	<b>(43.748.117)</b>	<b>(9.512.957)</b>	<b>(8.745.159)</b>	<b>-</b>	<b>(72.518.360)</b>

2015					
Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.344.101	-	-	244	4.344.345
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	10.846.206	19.728.524	37.954.495	-	86.276.947
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	3.050.000	-	-	-	3.050.000
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.963.923	-	-	-	7.963.923
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.752.805	-	-	-	3.752.805
<b>Total de Ativos</b>	<b>29.957.035</b>	<b>19.728.524</b>	<b>37.954.495</b>	<b>244</b>	<b>105.388.020</b>
Provisões Técnicas	(37.254.962)	(9.512.957)	(8.745.159)	-	(66.025.205)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(5.427.685)	-	-	-	(5.427.685)
<b>Total de Passivos</b>	<b>(42.682.647)</b>	<b>(9.512.957)</b>	<b>(8.745.159)</b>	<b>-</b>	<b>(71.452.890)</b>

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os gap liquidity, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

### G. Risco de Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- Compliance com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;



- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direção de Auditoria Interna, e da Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e compliance, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de outsourcing, a Companhia dispõe de um Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do seu negócio.

#### H. Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);
- Desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.



**NOTA 28 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA**

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. Entre outros, é aí estabelecido o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Neste regime destaca-se a avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos associada ao alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

No que se refere aos objetivos em matéria de requisitos de capital, eles foram definidos na sua política de apetite ao risco e mantém-se em linha com o estabelecido anteriormente, ou seja, a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Ao longo do exercício a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

À data do presente relatório e de acordo com a informação trimestral reportada ao supervisor (ASF) nos termos da legislação em vigor, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores confortáveis face aos requisitos regulamentares e aos definidos na política de apetite ao risco da Companhia.

	2016
Fundos Próprios (*)	33 967 499
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	20 397 742
<b>Rácio SCR</b>	<b>166,5%</b>

(\*) considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração

Para efeitos de comparação com os valores de solvência apurados no ano anterior, a Companhia efetuou um apuramento dos valores de solvência ao abrigo do antigo regime de solvência, tal como definido nas então Norma Regulamentar 6/2007-R e 12/2008-R, cujo resumo se apresenta de seguida:

	2016 (*)	2015
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	3.959.431	3.337.825
Reserva por impostos diferidos	(989.858)	(834.456)
Outras Reservas	7.008.716	6.565.200
Resultados transitados	2.851	2.658
Resultado líquido do exercício	9.461.386	5.885.215
Distribuição de dividendos	(8.515.200)	(5.296.500)
Imobilizações incorpóreas líquidas	(431.543)	(1.155.658)
<b>Elementos Constitutivos da Margem Solvência (1)</b>	<b>25.495.784</b>	<b>23.504.283</b>
Pelo método dos prémios	12.272.133	12.193.943
Pelo método dos sinistros	11.520.401	11.824.033
Pelo resultado limite	11.234.593	12.339.558
<b>Montante da margem de solvência a constituir (2)</b>	<b>12.272.133</b>	<b>12.339.558</b>
<b>Montante do fundo de garantia a constituir</b>	<b>4.090.711</b>	<b>4.113.186</b>
<b>Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)</b>	<b>13.223.650</b>	<b>11.164.725</b>
<b>Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)</b>	<b>207,8%</b>	<b>190,5%</b>

(\*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

**NOTA 29 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**
*Operações Intra-Grupo*

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

		2016				2015			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
<b>Novo Banco</b>	1-2	<b>21.155.666</b>	<b>1.509.904</b>	<b>7.054.678</b>	<b>59</b>	<b>6.839.059</b>	<b>2.668.648</b>	<b>6.504.169</b>	<b>18.995</b>
	Ativos financeiros	21.155.666	-	-	59	6.839.059	-	-	18.995
	Prestação de serviços	-	1.509.904	7.054.678	-	-	2.668.648	6.504.169	-
<b>Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.</b>		-	<b>9.823</b>	<b>7.330</b>	-	-	<b>30.566</b>	<b>67.522</b>	-
	Prestação de serviços	-	9.823	7.330	-	-	30.566	67.522	-
<b>Soc. Gestora de Fundos de Pensões S.A.</b>		-	-	<b>(1.384)</b>	-	-	-	<b>212</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	(1.384)	-	-	-	212	-
<b>Besleasing &amp; Factoring, S.A.</b>	2	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>ESEGUR, S.A.</b>		-	-	<b>1.040</b>	-	-	-	<b>2.646</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	1.040	-	-	-	2.646	-
<b>ES Contact Center, S.A.</b>		-	-	-	-	<b>83.125</b>	-	-	-
	Prestação de serviços	-	-	-	-	83.125	-	-	-
<b>SGL Multipessoal, S.A.</b>		-	-	<b>27.452</b>	-	-	<b>2.524</b>	<b>38.021</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	27.452	-	-	2.524	38.021	-
<b>Multipessoal, S.A.</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
	Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.</b>	1-2	<b>251.712</b>	<b>3.561</b>	<b>3.776</b>	-	<b>220.185</b>	<b>4.059</b>	<b>4.006</b>	-
	Ativos financeiros	251.712	-	-	-	220.185	-	-	-
	Prestação de serviços	-	3.561	3.776	-	-	4.059	4.006	-
<b>Europ Assistance - Serviços Assistencia</b>	5	-	-	-	-	-	-	<b>35.700</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	35.700	-
<b>CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.</b>		-	-	<b>19.859</b>	-	-	<b>35.474</b>	<b>18.074</b>	-
	Prestação de serviços	-	-	19.859	-	-	35.474	18.074	-
<b>CREDIT AGRICOLE SA</b>		<b>4.181.126</b>	<b>18.000</b>	-	<b>175.287</b>	<b>4.256.230</b>	-	-	<b>174.859</b>
	Ativos financeiros	4.181.126	18.000	-	175.287	4.256.230	-	-	174.859
<b>Europ Assistance</b>	4	-	<b>240.816</b>	-	<b>2.875.832</b>	-	<b>263.467</b>	-	<b>3.144.851</b>
	Prestação de serviços	-	240.816	-	2.875.832	-	263.467	-	3.144.851
<b>GNB Seguros Vida, S.A.</b>	3	-	<b>29.338</b>	<b>190.316</b>	-	-	<b>86.596</b>	<b>259.051</b>	-
	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Prestação de serviços	-	29.338	190.316	-	-	86.596	259.051	-
<b>Novo Banco dos Açores</b>	1-2	<b>1.488.642</b>	<b>101.989</b>	-	<b>149.870</b>	<b>232.283</b>	<b>276.693</b>	-	<b>133.960</b>
	Ativos financeiros	1.488.642	-	-	-	232.283	-	-	-
	Prestação de serviços	-	101.989	-	149.870	-	276.693	-	133.960
<b>AdvanceCare, S.A.</b>	5	-	<b>943.075</b>	<b>3.577.719</b>	-	-	<b>688.010</b>	<b>4.167.393</b>	-
	Prestação de serviços	-	943.075	3.577.719	-	-	688.010	4.167.393	-
<b>Esumédica, S.A.</b>		-	<b>(367)</b>	<b>6.882</b>	-	-	<b>0</b>	<b>3.675</b>	-
	Prestação de serviços	-	(367)	6.882	-	-	0	3.675	-
		<b>27.077.147</b>	<b>2.856.139</b>	<b>10.887.667</b>	<b>3.201.047</b>	<b>11.630.883</b>	<b>4.056.037</b>	<b>11.100.469</b>	<b>3.472.665</b>

A natureza do relacionamento entre a GNB Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1\*) Comercialização de seguros;
- (2\*) Investimentos em títulos de dívida;
- (3\*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
- (4\*) Resseguro;
- (5\*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

## **NOTA 30 – NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS**

### **Normas e interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de Janeiro de 2016**

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial
- b) **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.
- c) **IAS 16 e IAS 41** (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.
- d) **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.
- e) **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- f) **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".
- g) **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais.
- h) **Melhorias às normas 2010 - 2012**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.
- i) **Melhorias às normas 2012 - 2014**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

**2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:**

- a) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. O impacto da aplicação desta norma na Companhia é pouco significativo.
- b) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

**3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:****3.1 - Normas**

- a) **IAS 7** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.
- b) **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.
- c) **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- d) **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("*cash-settled*") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("*Cash-settled*") para liquidado com capital próprio ("*equity-settled*"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("*equity-settled*"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- e) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes

da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. À data da aprovação de contas o impacto não estava estimado.

- f) **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
- g) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".
- h) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

### 3.2 - Interpretações

- **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

### NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 18 de Março de 2017

**O Técnico Oficial de Contas**

**O Conselho de Administração**

## Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
1.1.2.1 Acções							
ADVANCECARE- GESTÃO E SERVIÇOS SAUDE	1			5	5	8	8
Sub-total	1				5		8
Total	1				5		8
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 11/06/2019		3.000.000	1,24		3.104.352		3.507.404
CREDIT AGRICOLE 2.375% /2014 - 20/05/2024		600.000	1,12		606.126		673.722
Sub-total					3.710.478		4.181.126
Total					3.710.478		4.181.126
2 - OUTROS TÍTULOS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019		3.000.000	1,17		2.990.400		3.378.832
Sub-total					2.990.400		3.378.832
Total					2.990.400		3.378.832
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DOW JONES EURO STOXX 50 EX	38.523			33	1.274.341	33	1.274.341
LYXOR ETF MSCI EUROPE	7.080			89	629.090	121	854.344
ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	39.300			30	1.194.309	35	1.394.757
ISHARES STOXX 600 DE	30.620			39	1.179.087	36	1.106.301
Sub-total	115.523				4.276.827		4.629.742
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
FINNISH GOVERNMENT 0.375% 2014/15-09-2020		800.000	1,01		795.280		827.903
FRTR 0.5% /2014 - 25/11/2019		7.500.000	1,02		7.485.678		7.741.749
REPUBLIC OF POLAND 3% - 2014 - 15/01/2024		500.000	1,18		498.665		582.455
Sub-total					8.779.623		9.152.107
2.2.2.3 De outros emissores							
3M 1.875% - 2013 / 15-11-2021		700.000	0,99		695.479		761.000
ABBVIE INC 1.375% / 2016 - 17/05/2024 (call=17/02/2024)		300.000	1,00		299.358		304.907
ADECCO INT FIN SVS 1% /2016 - 02/12/2024 (call=02/09/2024)		500.000	0,99		495.840		498.007
AMERICAN EXPRESS CREDIT 0.625% / 2016 - 22/11/2021 (call=22/10/2021)		1.000.000	1,00		996.482		1.008.658
AMERICAN HONDA FINANCE 1.875% /2013 - 04/09/2019		500.000	1,00		499.418		528.881
ANGLO AMERICAN 1.75% /2013 - 20/11/2017		500.000	1,00		498.450		506.808
ANHEUSER-BUSCH 1.25% - 2012 / 24-03-2017		1.000.000	1,00		1.004.240		1.011.718
APPLE INC 1% /2014 - 10/11/2022		300.000	0,99		298.155		311.873
APT PIPELINES LTD 1.375% /2015 - 22/03/2022		500.000	1,00		498.375		509.459
AT & T INC 1.875% /2012 - 04/12/2020 (call=04/09/2020)		750.000	0,99		744.175		795.508
ATLANTIA 4.375% - 2012 / 16-03-2020		500.000	1,04		517.744		583.850
AUCHAN SA 3.625% /2011 - 19/10/2018		1.000.000	1,06		1.063.917		1.072.130
BABCOCK INTL GROUP PLC 1.75% /2014 - 06/10/2022 (call=06/07/2022)		500.000	1,00		497.740		520.922
BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% /2013 - 15/04/2020		1.000.000	1,00		995.505		1.068.415
BK TOKIO-MITSUBISHI UFJ 0.875% /2015 - 11/03/2022		500.000	1,00		497.770		513.171
BMW 1.5% - 2012 / 05-06-2018		750.000	1,00		748.967		772.724
BMW FINANCE NV 1.25% 2014/05-09-2022		250.000	1,00		249.105		262.857
BP CAP MARKETS 3.83% /2010 - 06/10/2017		800.000	1,05		837.268		830.315
BP CAPITAL MARKETS PLC 1.526% 2014 / 26-09-2022		500.000	1,00		500.030		528.772
BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 2013/13-11-2020		500.000	0,99		497.182		535.433
BUNGE FINANCE EUROPE BV 1.85% /2016 - 16/06/2023 (Call=16/03/2023)		300.000	1,03		308.409		311.921
CAPGEMINI SA 0.5% / 2016 - 09/11/2021 (call=09/08/2021)		500.000	1,00		499.189		500.851
CARREFOUR SA 1.75% /2013 - 22/05/2019		500.000	1,00		499.214		525.576
CATERPILLAR FINANCIAL SE 0.75% 2015/13-10-2020		500.000	1,00		497.950		511.997
COCA-COLA 1.125% 2014 / 22-09-2022		1.000.000	0,99		991.470		1.047.943
COCA-COLA Enterp 2.625% - 2013/06-11-2023 (call=06/08/2023)		600.000	1,00		597.879		672.123
CODELCO INC 2.25% 2014-09/07/2024		800.000	0,99		789.686		831.294
CREDIT SUISSE 0.625% 2014/20-11-2018		800.000	1,00		798.806		809.210
CREDIT SUISSE LD 1.375% /2014 - 31/01/2022		500.000	1,00		498.655		527.898
DAIMLER AG 2% /2013 - 07/04/2020		300.000	0,99		297.751		323.272
DANONE 1.125% /2012 - 27/11/2017		700.000	1,00		698.650		708.371
DEUTSCHE BANK AG 1.25% /2014 - 08/09/2021		900.000	0,99		894.648		908.158
EASTMAN CHEMICAL CO 1.5% / 2016 - 26/05/2023 (call=06/07/2022)		500.000	1,02		508.605		519.310
ELI LILLY & CO 1% /2015 - 02/06/2022 (Call=03/03/2022)		500.000	0,99		495.244		519.394
ENEL-SOCIETA PER AZIONI 4.75% /2003 - 12/06/2018		500.000	1,05		524.132		546.369
ENEXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020		500.000	0,99		496.660		537.288
ENI SPA 3.5% 2010 - 29/01/2018		600.000	1,07		640.669		641.206
EVONIK INDUSTRIES AG 1% /2015 - 23/01/2023 (Call=23/10/2022)		500.000	0,99		496.715		516.206
Sub-total					22.969.532		23.883.793



Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					22.969.532		23.883.793
GAZ CAPITAL 3.755% /2012 - 15-03-2017		500.000	1,01		503.774		517.829
GENERAL ELECTRIC CO 1.25% /2015 - 26/05/2023 (Call=26/02/2023)		500.000	1,00		498.595		526.945
HEINEKEN NV 2% /2013 - 06/04/2021		500.000	1,00		498.073		544.885
HONEYWELL INTERNATIONAL 1.3% /2016 - 22/02/2023		800.000	1,00		799.126		839.230
HSBC BANK PLC 3.875% /2011 - 24/10/2018		1.000.000	1,12		1.116.382		1.078.099
IBM 1.375% - 2012 / 19-11-2019		500.000	1,00		498.272		521.851
IMPERIAL BRANDS FIN PLC 2.25% - 2014 / 26-02-2021 (call=28/11/2020)		250.000	0,99		248.165		272.746
ING BANK NV 0.7% /2015 - 16/04/2020		500.000	1,00		498.775		512.599
JOHN DEERE BANK SA 1.5% /2013 - 16/07/2018		200.000	1,00		199.975		205.913
JPMORGAN CHASE & CO 1.875% /2012 - 21/11/2019		1.000.000	0,99		994.033		1.056.455
KERING 1.375% /2014 - 01/10/2021		200.000	1,00		199.394		209.488
KNORR BREMSE AG 0.50% /2016 - 08/12/2021 (Call=08/09/2021)		400.000	1,00		398.634		403.426
LLOYDS BANK PLC 1% 2014/19-11-2021		400.000	0,99		396.842		413.464
LYB INTER FIN 1.875% /2016 - 02/03/2022 (Call=02/12/2021)		500.000	1,00		498.065		531.338
MACQUARIE BANK LTD 1% /2014 - 16/09/2019		500.000	1,00		500.030		514.237
MACQUARIE BANK LTD 2.5% 2013-18/09/2018		500.000	1,00		498.322		524.982
MICROSOFT CORP 2.125% 2013-06/12/2021 (Call=06/09/2021)		200.000	1,00		199.295		219.345
MORGAN STANLEY 2.375% - 2014 / 31-03-2021		500.000	1,00		498.120		549.997
MORRISON SUPERMARKETS 2.25% - 2013 / 19-06-2020		500.000	0,99		497.138		537.560
MOTABILITY OPERATIONS GR 1.625% /2015 - 09/06/2023		250.000	0,99		247.770		268.122
NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 2013/12-11-2020		500.000	0,99		496.175		537.832
NATIONAL GRID NA INC 1.75% 2013/20-02-2018		500.000	1,01		505.935		517.716
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.625% 2014/03-04-2019		500.000	1,00		499.460		522.970
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2014 - 08/11/2021		500.000	0,99		496.340		518.460
NORDEA BANK AB 1.375% /2013 - 12/04/2018		700.000	1,00		699.654		720.144
Orange 1.875% /2013 - 02/10/2019		300.000	1,00		298.625		316.507
PEPSICO INC 1.75% 2014/28-04-2021 (Call=26/01/2021)		500.000	1,00		497.585		539.361
PETROLEOS MEXICANOS 1.875% /2015 - 21/04/2022		500.000	0,99		496.630		486.054
PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% /2013 - 19/03/2020		750.000	0,99		745.739		799.275
POHJOLA BANK PLC 1.75% /2013 - 29/08/2018		500.000	1,00		499.254		517.773
POHJOLA BANK PLC 2% 2014/03-03-2021		500.000	0,99		496.870		546.671
PROCTER & GAMBLE 5.125% /2007 - 24/10/2017		1.000.000	1,14		1.135.264		1.053.198
PUBLICIS GROUPE SA 1.125% /2014 - 16/12/2021 (Call=16/09/2021)		500.000	0,99		497.030		515.701
RABOBANK NEDERLAND 1.75% 2014/22-01-2019		900.000	1,00		895.899		948.049
RIO TINTO FINANCE PLC 2% / 2012 - 5/11/2020		750.000	0,99		745.336		804.819
ROLLS-ROYCE PLC 2.125% 18/06/21		500.000	0,99		496.264		548.070
SABIC CAPITAL I BV 2.75% 2013/20-11-2020		500.000	0,99		496.487		536.275
SANOFI 1% /2012 - 14/11/2017		500.000	1,00		499.086		505.584
SANOFI 1.875% /2013 - 04/09/2020 (call=04/06/2020)		700.000	0,99		694.669		747.083
SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% /2012 - 14/11/2019		800.000	0,99		795.457		844.804
SKANDINAVISKA ENSKILDA 2% 2014/19-02-2021		500.000	0,99		497.290		545.884
SMITHS GROUP PLC 1.25% /2015 - 28/04/2023 (Call=28/01/2023)		500.000	0,99		495.488		505.009
SOCGEN 3.125% /2010 - 21/09/2017		1.000.000	1,00		996.968		1.032.527
STANDARD CHART 1.75% - 2012 / 29-10-2017		135.000	1,00		134.876		137.364
STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	0,99		595.997		645.814
SUMITOMO MITSUI BANKING 1% /2015 - 19/01/2022		600.000	1,00		597.012		622.399
SWEDBANK AB 1.5% 2014/18-03-2019		750.000	1,00		748.350		784.647
TEL. ITALIA 4.5% - 2012 / 20-09-2017		500.000	1,03		516.009		520.778
TESCO CORP TREAS SERV 1.25% 2013/13-11-2017		500.000	1,00		498.120		505.007
TOTAL CAPITAL CANADA LTD 1.875% /2013 - 09/07/2020		200.000	0,99		198.473		214.908
TOYOTA MOTOR CREDIT CORP 1.8% /2013 - 23/07/2020		1.000.000	1,00		996.310		1.070.020
VALE SA 4.375% 2010 - 24/03/2018		500.000	1,09		542.540		540.266
VODAFONE 1% - 2014 / 11-09-2020 (cal=11-06-2020)		500.000	0,99		494.280		513.301
WELLS FARGO CO 1.125% /2014 - 29/10/2021		800.000	0,99		795.400		828.297
WHIRLPOOL CORP 0.625% /2015 - 12/03/2020		500.000	0,99		497.002		506.637
BNP PARIBAS Float /2015 - 15/01/2020		600.000	1,00		600.030		603.195
MORGAN STANLEY Float 2014/19-11-2019		500.000	1,00		499.285		504.556
NATL AUSTRALIA BANK Float /2015 - 16/01/2018		400.000	1,00		400.020		400.776
AUST & NZ BANK GROUP 0.375% 2014/19-11-2019		500.000	1,00		498.870		507.284
CAISSE CENTRALE DESJARDN 0.375% 2014/22-10-2019		500.000	1,00		498.770		507.110
CANADIAN IMPERIAL BANK 0.375% /2014 - 15/10/2019		500.000	1,00		498.145		507.021
LB BADEN-WUERTTEMBERG 0.05% /2016 - 13/01/2020		500.000	1,00		499.710		504.082
TORONTO-DOMINION BANK 0.375% /2016 - 12/01/2021		400.000	1,00		398.138		406.751
WESTPAC BANKING CORP 1.375% /2013 - 17/04/2020		1.500.000	1,00		1.497.977		1.583.579
ESFG 6.875% /2009 - 21/10/2019		1.000.000	0,00		1		1
EFSS 1.625% /2012 - 15/09/2017		1.000.000	1,02		1.018.644		1.019.964
EIB Float /2010 - 15/01/2018		2.000.000	0,99		1.987.404		2.010.860
Sub-total					61.747.180		64.186.683
Total	115.523				74.803.629		77.968.533
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>115.524</b>				<b>81.504.512</b>		<b>85.528.499</b>



## Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
<b>NÃO VIDA</b>				
Acidentes e Doença				
Acidentes Trabalho	-	-	-	-
Acidentes Pessoais	836.125	483.312	701.500	348.687
Doença	622.088	3.380.150	(133.225)	2.624.837
Incêndio e outros danos	2.355.170	1.705.570	788.016	138.416
Automóvel				
Responsabilidade Civil	16.275.161	3.392.090	13.093.908	210.837
Outras Coberturas	647.574	247.963	227.439	(172.172)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.736.118</b>	<b>9.209.085</b>	<b>14.677.638</b>	<b>3.150.605</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores

## Anexo 3:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Directo</b>				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	(10.262)	(500)	(1.000)	(11.762)
Acidentes Pessoais	(807.988)	(6.689)	(392.089)	(1.206.766)
Doença	(19.306.169)	(3.435.150)	1.253.273	(21.488.046)
Incendio e outros danos	(10.701.597)	(1.459.544)	(39.488)	(12.200.629)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(7.811.205)	(1.292.859)	2.126.480	(6.977.584)
Outras Coberturas	(2.062.939)	(5.142)	(37.341)	(2.105.422)
<b>Total</b>	<b>(40.700.160)</b>	<b>(6.199.884)</b>	<b>2.909.835</b>	<b>(43.990.209)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

## Anexo 4:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
<b>Seguro Directo</b>					
Acidentes Trabalho	85.772	78.932	(11.762)	(26.528)	(17.380)
Acidentes e doença					
Acidentes Pessoais	6.324.474	4.928.781	(1.206.766)	(1.344.603)	(1.388.685)
Doença	25.808.247	25.737.086	(21.488.047)	(3.103.402)	(387.412)
Incendio e outros danos	23.853.828	23.986.183	(12.200.629)	(4.515.956)	(1.273.414)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	10.239.023	10.393.713	(6.977.584)	(2.244.202)	(1.740.353)
Outras Coberturas	5.290.488	5.224.578	(2.105.423)	(434.266)	(337.219)
<b>Total</b>	<b>71.601.832</b>	<b>70.349.273</b>	<b>(43.990.211)</b>	<b>(11.668.957)</b>	<b>(5.144.463)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

\*\* Saldo favorável aos  
Resseguradores

**RELATÓRIO E PARECER**  
**DO CONSELHO FISCAL**  
**GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

**Exercício de 2016**

Exmos. Senhores Acionistas da

GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB – Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efectuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que nos foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reunimos regularmente com o Conselho de Administração da sociedade, bem com os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, o *compliance*, a contabilidade e a auditoria interna corporativa.
3. Durante o exercício foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Companhia, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos.

O Conselho Fiscal acompanhou os esforços desenvolvidos no sentido da redução de gastos e melhoria da competitividade da Companhia, visando reforçar as suas condições de continuidade futura.

4. De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, ao longo do exercício, reuniu com: (i) os responsáveis do Departamento de Auditoria Interna do Grupo, na medida em que esta consiste numa função corporativa; (ii) o responsável pela área de identificação e monitorização do sistema de risco; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não foram identificados situações de risco anormais, sendo o sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.

Verificamos que no decurso do presente exercício foi dada particular atenção ao sistema de monitorização da atividade desenvolvida pela Companhia e gestão do risco operacional, em virtude do acréscimo do risco decorrente da redução ocorrida ao nível do número de colaboradores e mudanças ocorridas na estrutura orgânica, decorrentes da decisão de redução de gastos adotada, a qual é essencial ao reforço da competitividade da companhia.

5. O Conselho Fiscal examinou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Companhia os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
6. Reunimos, por três vezes, com o Revisor Oficial de Contas da companhia, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente os riscos identificados no decurso da etapa de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da companhia, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

O Revisor Oficial de Contas, através do Relatório Adicional, dirigido ao Conselho Fiscal, comunicou os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

Face ao contexto de incerteza sobre a venda do Novo Banco, sendo este um importante acionista e distribuidor, assim como pela instabilidade associada ao processo de reestruturação levado a cabo pelo mesmo e as implicações daí decorrentes, entendeu o Revisor Oficial de Contas fazer menção a esta matéria em ênfase à Certificação Legal das Contas, não sendo modificada a opinião expressa em relação a esta matéria.

Apreciamos o entendimento do Revisor Oficial de Contas quanto às matérias relevantes de auditoria referidas na Certificação Legal das Contas.

No que respeita à determinação da provisão para sinistros (Não Vida) o Revisor Oficial de Contas chama a atenção para o facto de os valores reais a virem a ser desembolsados no futuro poderem ser diferentes daqueles registados, sem que tal, no entanto, afeta a opinião expressa nesta matéria. Ainda quanto à determinação desta provisão a abordagem ao risco de distorção material incluiu respostas específicas que se traduziram numa abordagem combinada de avaliação dos controlos e testes substantivos.

Verificamos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos.

7. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Companhia que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade da companhia durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da companhia.
8. Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. Entre outras matérias é aí estabelecido o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador.

Ao longo do ano de 2016 a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos seus requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, tendo efetuado os reportes regulamentares previstos.

## **Parecer**

8. Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos no número anterior, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
  - a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pela Administração;
  - b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

9. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Companhia toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de março de 2017

O Conselho Fiscal

Presidente - António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal - José Maria Ribeiro da Cunha

Vogal - Jean Allely

## **Certificação Legal das Contas**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GNB - Companhia de Seguros, S.A. (a "Companhia"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 114.704.144 euros e um total de capital próprio de 34.442.527 euros, incluindo um resultado líquido de 9.461.387 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GNB - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para o referido no capítulo 1.4.1 do Relatório de Gestão, quanto ao contexto de incerteza sobre a venda do Novo Banco, sendo este um importante acionista e distribuidor, assim como pela instabilidade associada ao processo de reestruturação levado a cabo pelo mesmo e as implicações daqui decorrentes. Este contexto pode vir a apresentar inevitáveis constrangimentos na atividade desenvolvida pela Companhia. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### **Determinação da Provisão para sinistros (Não Vida)**

Conforme detalhado na nota 19 das Notas às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 a provisão para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendia a 32.738.409 euros (40,8% do total do Passivo). Esta provisão é determinada com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo e corresponde ao valor

### **Determinação da Provisão para sinistros (Não Vida)**

estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e de o processo para a sua determinação incorporar estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos a determinação da provisão para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação da provisão para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- Análise do relatório sobre o valor da provisão para sinistros (Não Vida), solicitado pela Companhia a uma entidade especialista independente, designadamente a análise da consistência dos pressupostos utilizados com o ano anterior, pelos nossos especialistas em atuariado.
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o Relatório de Gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2007 para a revisão legal das contas de 2007. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 08 de março de 2008 para o mandato compreendido entre 2008 e 2011. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de junho de 2012 para o mandato compreendido entre 2012 e



2015. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 07 de dezembro de 2015 para o mandato compreendido entre 2016 e 2019.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
  - Procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma;

Lisboa, 29 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro - ROC nº 739  
Registado na CMVM com o nº 20160373